

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ANDRESSA APARECIDA TOMAZELI

**VIVER, LUTAR, COMER: UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA DE  
MARGARIDA MARIA ALVES E A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS PELO DIREITO  
À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL**

Maringá

2022

ANDRESSA APARECIDA TOMAZELI

**VIVER, LUTAR, COMER: UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA DE  
MARGARIDA MARIA ALVES E A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS PELO DIREITO  
À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA-UEM) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Josiane Silva de Oliveira.

Maringá

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

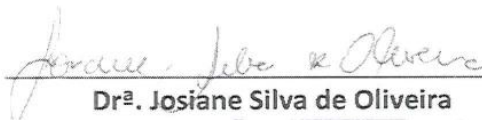
T655v	<p>Tomazeli, Andressa Aparecida</p> <p>Viver, lutar, comer : um estudo sobre a resistência de Margarida Maria Alves e a organização das lutas pelo direito à alimentação no Brasil / Andressa Aparecida Tomazeli. -- Maringá, PR, 2022. 96 f.color., figs., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.</p> <p>1. Margarida Maria Alves - Resistência. 2. Violência rural. 3. Violência de gênero. 4. Direito alimentação. 5. Insegurança alimentar. I. Oliveira, Josiane Silva de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 658</p>
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

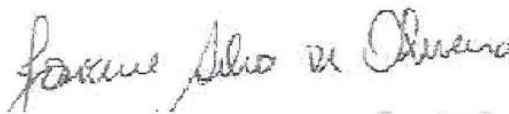
## ATA DE DEFESA PÚBLICA

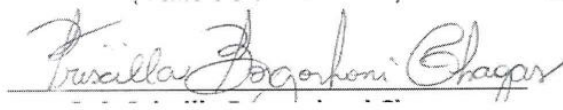
Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois às catorze horas, realizou-se, por videoconferência, em conformidade com os Decretos nº 4230/2020 e 4258/2020 do Governo do Estado do Paraná, e a Portaria nº 122/2020-GRE, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: “Viver, lutar, comer: um estudo sobre a resistência de Margarida Maria Alves e a organização das lutas pelo direito à alimentação no Brasil”, de autoria de **ANDRESSA APARECIDA TOMAZELI**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelas docentes: Dr<sup>a</sup>. Josiane Silva de Oliveira (presidente), Dr<sup>a</sup>. Mariana Mazzini Marcondes (membra examinadora externa – UFRN) e Dr<sup>a</sup>. Priscilla Borgonhoni Chagas (membra examinadora do PPA).


Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a(o) candidata(o) foi Aprovada com correções pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pela coordenadora e pelas membras da Banca Examinadora.

Maringá, 30 de agosto de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr<sup>a</sup>. Josiane Silva de Oliveira**  
(Presidente)

p/   
\_\_\_\_\_  
**Dr<sup>a</sup> Mariana Mazzini Marcondes**  
(membro examinadora externo – UFRN)

  
\_\_\_\_\_  
**Dr<sup>a</sup>. Priscilla Borgonhoni Chagas**  
(membro examinadora do PPA)

  
\_\_\_\_\_  
**Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa**  
(coordenadora “pró-tempore” do PPA)

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho, não é um mérito somente meu. Para trilhar essa jornada, recebi apoio de muitas pessoas queridas, que puderem contribuir cada qual a sua maneira, para que eu pudesse construir tudo até aqui. De todo modo, perdoem meu esquecimento.

Como parte da minha educação católica, primeiramente agradeço a Deus, por todos os dons e graças a mim atribuídos durante todos os dias de estudo. Ele, que recorri nos dias que julguei difíceis e pedi proteção para que pudesse continuar firme no meu propósito.

Agradeço imensamente a minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos, até mesmo quando eu não acreditei que não era merecedora de cursar o mestrado na UEM. Ao meu pai Moacir, minha mãe Rosilene, e aos meus irmãos André e Andreina, pelas longas conversas de apoio. E a minha cunhada Márcia, pessoa a qual tenho um apreço imenso. Não poderia deixar de agradecer a minha tia e madrinha Elza que me ensinou colocar amor em tudo que tocasse, minha vó Eunice pelo exemplo de força e coragem, e a minha prima Josiane que sempre me dedicou bons conselhos.

Ao meu amigo de todas as horas, Lucas Zapparoli Obici, pela força de sempre e por me fazer acreditar que era possível superar desafios e realizar sonhos.

A Lígia Boeze, que me incentivou embarcar no sonho do mestrado, pessoa que sempre tive trocas incríveis.

Aos colegas de turma do mestrado, pelo companheirismo e construção de conhecimento. Em especial deixo aqui meu muito obrigada a Thalya Maria Ferreira de Lima e Gabriela Leite Molina, amigas que conheci no mestrado, e que ultrapassaram a barreira organizacional, e estou levando para sempre comigo.

Agradeço ao PPA/UEM, e toda equipe de professores e professoras altamente capacitados, os quais compartilham com grande talento, todo saber que possuem. Em especial meu muito obrigada ao Bruhmer Cesar Forone Canonice, pelo cuidado e atenção sempre dedicada a nós alunos.

A minha orientadora Josiane Oliveira, mulher que considero uma das maiores intelectuais da atualidade. Não só pelo conhecimento técnico-científico, esse o qual ela detém e exerce com maestria, mas pela grande capacidade de aplicar humanidade nas relações. Fica aqui registrada a minha eterna admiração e inspiração como profissional e pessoa.

E todos aqueles amigos e amigas que aqui não foram citados, mas que sempre me apoiaram a estudar, e acreditam num mundo melhor através da educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

“Quem inventou a fome são os que comem”

(Maria Carolina de Jesus)

## RESUMO

O Brasil, anos após sair do mapa da fome, agora retorna com índices de insegurança alimentar que foram encontrados em 2008-2010. Através de dados do IBGE, observo que existe uma parcela da população que sofre em maior proporção o dia a dia da fome; e em regiões rurais o problema se agrava. Esse perfil é formado majoritariamente por mulheres, que acabam recebendo menores salários e ocupam mais trabalhos informais. O legado de Margarida Maria Alves ajuda a entender como a violência se expressa como caminho, o qual as relações de poder são estabelecidas. Desse modo, a sua história de vida, se apresenta como inspiração de luta para várias organizações brasileiras, que lutam contra a violência no meio rural, violência de gênero, insegurança alimentar, direitos e garantias das trabalhadoras rurais, por mais qualidade de vida e outras lutas. Assim, para acessar essa realidade, foi necessário buscar por uma perspectiva interseccional, onde foi possível refletir sobre o fenômeno de maneira que abarcasse toda a complexidade e cruzamentos que ele apresenta. Nesse sentido tive por objetivo neste trabalho compreender como gênero influenciou a organização de luta de Margarida Alves para a efetivação do Direito à Alimentação no Brasil. A partir disso, o estudo se apresenta como uma pesquisa de caráter qualitativa, descritiva e como método de pesquisa para acessar o campo utilizei o método biográfico. O trabalho contribui com o campo dos estudos organizacionais ao destacar a necessidade de incorporação da categoria fundiária às análises organizacionais, trazendo os debates sobre o contexto rural, sobretudo a luta pela terra. Também contribui com a área ao evidenciar a necessidade da incorporação de reflexões sobre a organização de mulheres no contexto rural, além do desenvolvimento de estudos que abarquem a questão da fome e a insegurança alimentar no Brasil. Por fim, uma reflexão metodológica sobre como as pesquisas podem utilizar o método biográfico para produzir outras histórias, não só os estudos organizacionais descritos por homens de forma hegemônica. Mulheres escrevendo sobre mulheres e para mulheres.

**Palavras-Chave:** Margarida Alves. Mulheres Rurais. Gênero. Direito alimentação. Insegurança alimentar.



## ABSTRACT

Years after leaving the hunger map, Brazil returns now to food insecurity rates found in 2008-2010. Based upon the data obtained from the Brazilian National Institute of Geography and Statistics (IBGE), I noticed there is a part of the population that suffers in greater proportion the day to day of hunger; and in rural regions the problem is worsened. This profile is formed mostly by women, who end up receiving lower salaries and occupying more informal jobs. Therefore, the legacy of Margarida Maria Alves helps to understand how violence is expressed as a way of establishing power relations. In this way, her life story presents itself as an inspiration for the struggle for several Brazilian organizations, which fight against violence in rural areas, gender violence, food insecurity, rights and guarantees of rural workers, for better quality of life and others fights. Thus, to access this reality, it was necessary to look for an intersectional perspective, from which it was possible to reflect on the phenomenon in a way that encompassed all the complexity and intersections that it presents. In this context, my objective in this work was to understand how gender influenced the organization of struggle of Margarida Alves to ensure Right to Food in Brazil. Based on that, the study presents itself as a qualitative, descriptive research and as a research method to access the field I used the biographical method. The work contributes to the field of organizational studies by emphasizing the need to incorporate the land category into organizational analyses, bringing up debates on the rural context, especially the fight for land. It also contributes to the area by highlighting the need to incorporate reflections on the organization of women in the rural context, in addition to the development of studies that cover the issue of hunger and food insecurity in Brazil. Finally, a methodological reflection on how research can use the biographical method to produce other stories, not just organizational studies described by men in a hegemonic way. Women writing about women and for women.

**Keywords:** Margarida Alves. Rural Women. Genre. Food Right. Food Insecurity.

## RESUMEN

El Brasil, años después de salir del mapa del hambre, ahora regresa con las tasas de inseguridad alimentaria encontradas en 2008-2010. A través de datos del IBGE, observo que hay una porción de la población que sufre en mayor proporción el día a día del hambre; y en las regiones rurales el problema se agudiza. Este perfil es formado en su mayoría por mujeres, que terminan recibiendo salarios más bajos y ocupando trabajos más informales. Por lo tanto, el legado de Margarida Maria Alves ayuda a comprender cómo la violencia se expresa como camino, donde las relaciones de poder son establecidas. De esta forma, su historia de vida se presenta como inspiración para la lucha de varias organizaciones brasileñas, que luchan contra la violencia en el medio rural, violencia de género, inseguridad alimentaria, derechos y garantías de las trabajadoras rurales, por más calidad de vida y otras luchas. Así, para acceder a esta realidad, fue necesario buscar una perspectiva interseccional, donde fuera posible reflexionar sobre el fenómeno de manera que abarcara toda la complejidad e intersecciones que presenta. En ese sentido, tuve por objetivo en este trabajo comprender cómo el género influyó en la organización de lucha de Margarida Alves por la realización del Derecho a la Alimentación en Brasil. A partir de esto, el estudio se presenta como una investigación cualitativa, descriptiva y como método de investigación para acceder al campo utilicé el método biográfico. El trabajo contribuye al campo de los estudios organizacionales al resaltar la necesidad de incorporación la categoría tierra en los análisis organizacionales, trayendo debates sobre el contexto rural, especialmente la lucha por la tierra. También contribuye con el área al destacar la necesidad de la incorporación de reflexiones sobre la organización de mujeres en el contexto rural, además del desarrollo de estudios que aborden la cuestión del hambre y la inseguridad alimentaria en Brasil. Por fin una reflexión metodológica sobre cómo la investigación puede utilizar el método biográfico para producir otros relatos, no solo estudios organizacionales descritos por hombres de forma hegemónica. Mujeres escribiendo sobre mujeres y para mujeres.

**Palabras Clave:** Margarida Alves. Mujeres Rurales. Género. Comida correcta. Inseguridad alimentaria.

## PRÓLOGO

Sou nascida e criada numa cidade do interior do Paraná, com cerca de 6 mil habitantes, que tem sua economia baseada no comércio e na agricultura. Localizada aproximadamente 45 km de Maringá, onde fica a Universidade Estadual de Maringá.

A experiência do mestrado, era um sonho que por vezes vi muito distante.

Uma menina de cidade pequena que viajava 90 km somados, de ida e volta, todos os dias para cursar a graduação em administração numa instituição pública - que é a sexta melhor universidade estadual do país e a segunda que mais publica trabalhos científicos de autoria de pesquisadoras mulheres - era um desafio tremendo. Mas sem dúvida, foi e continua sendo motivo de muito orgulho.

Ser aluna cotista da graduação, mostra minha condição de aluna provinda da educação básica pública, que possui grande divergência de grandes escolas privadas de renome, mas isso não foi motivo para que eu sonhasse menos. Confesso que tive muitíssimas dificuldades, principalmente por trabalhar em tempo integral e ser aluna no curso noturno. Porém o sonho do mestrado, antes tão distante, se tornou real em meio a maior pandemia do século.

Muitas reflexões pautaram esse trabalho, e de fato é inegável, que uma com toda certeza caminhou comigo muito tempo durante essa jornada, ou que talvez, tenha me cercado a vida toda: quem eu sou?

Fruto de uma grande miscigenação, que envolve meu pai como descendente de brancos - cujo avós vieram da Europa - e da minha mãe que possui ascendência bem brasileira, numa mistura de indígenas, brancos e pardos. Em que lugar quero chegar com a origem dos meus antepassados? É fazer uma reflexão sobre quem sou eu, e talvez não consiga chegar a uma conclusão realmente.

Uma situação engraçada marcou a minha infância, que minha mãe sempre faz questão de lembrar quando contamos histórias da infância. Um dia estava eu e meu pai no mercado da cidade, e ao passar as compras no caixa, a atendente comenta em tom de brincadeira “Nossa que menininha linda! De onde você veio?” e na inocência de uma criança de 4 ou 5 anos respondo “Ah, aqui mesmo do Brasil”. De fato, brasileira nata!

Me entendo como mulher latina, nascida no Brasil, que me coloca em um lugar de subalternidade, perante os tidos centros do conhecimento. Porém reconheço na minha história muitos privilégios - que se enfatizam principalmente na sociedade brasileira. Recaindo sobre os traços físicos brancos vindos da família do meu pai, que sem dúvidas me colocaram em muitos locais de privilégio.

Minha proximidade com a ruralidade vem desde a infância, ouvindo histórias contadas pela minha mãe, meu pai, minhas tias e tios, minhas avós sobre como era a vida morando e trabalhando na roça. Histórias essas, que eu amava ouvir e pedia para contarem sempre.

Também vem das idas ao sítio da minha avó paterna, que após o falecimento do meu avô, se tornou responsável pelo cultivo e alimentação da família. Visitas, as quais eu, meu irmão e meus primos brincávamos na beirada do córrego, no balanço feito de madeira, no cipó da árvore que ficava junto a casa, na casinha do poço, tratando as galinhas ou correndo atrás delas pelo quintal, além de brincar perto do chiqueiro dos porcos. Quando minha avó, mudou-se para a cidade as idas ao sítio se tornaram menos frequentes, mas sem dúvida um pedacinho da vida no campo estava comigo para sempre.

A administração me reaproximou da vida no campo, de uma forma diferente da infância, trabalhando no agronegócio. Porém algo que muito me intrigava era o fato de serem os homens os responsáveis pelo negócio da família, e as mulheres assumirem um papel secundário. Somente em alguns casos, as mulheres eram responsáveis pela “roça” e isso me acompanhou para a carreira acadêmica.

Me entender feminista, não foi um processo rápido, me recordo de ter um primeiro contato com o feminismo nas aulas de história. Posteriormente, com a mulher do correio, através de suas redes sociais, que me deixavam intrigada com as suas postagens e me faziam repensar. No auge dos meus 16 anos, e a pouca maturidade que carregava, confesso que não concordava muito com as suas ideias. Mas reconheço a sua grande importância no meu processo de desconstrução.

Ao entrar na universidade, tive outros contatos, com pessoas diferentes e outras leituras, discussões em redes sociais e grupos de amigos, que me fizeram me entender como feminista. Demorei um tempo para assumir esse “rótulo”, que por vezes julguei pejorativo. Eu achava que não precisava ser feminista para lutar pelas coisas que acreditava. Mas como não ser feminista, se a pauta feminista lutava justamente por aquilo que eu julgava ser o certo?

Escolher entender a luta de uma mulher rural, é sem dúvida um desafio. Ainda mais quando nunca se vivenciou a vida do campo. Mas é através do feminismo, que me encontro com essa mulher, que lutou por seus direitos, pelos direitos dos trabalhadores e pelos direitos de todos ao acesso a alimentação de verdade, e inspira a luta contra a fome e a insegurança alimentar que assola nosso país.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais conceitos da teoria feminista decolonial	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Quadro 2 - Resultado da pesquisa do termo Margarida na plataforma CAPES.....	56
Quadro 3 - Busca na plataforma Youtube.....	59

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Carta de Margarida ao SR. Aginaldo Veloso Borges.....	68
Figura 02: Quadro das vitimas executadas em virtude da investigação da morte de Margarida Maria Alves.....	75
Figura 03: Manchete de reportagem sobre os Yanomami 1.....	77
Figura 04: Manchete de reportagem sobre os Yanomami 2.....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA** - Associação Brasileira de Agroecologia
- ABIA** - Associação Brasileira de Indústria de Alimentos
- ANA** - Articulação Nacional de Agroecologia
- ANPAD** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
- APIB** - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- ASA BRASIL** - Articulação Semiárido Brasileiro
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CF** - Constituição Federal
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CUFA** - Central Única das Favelas
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENA** - Encontro Nacional Da Agroecologia
- EOR** – Estudos Organizacionais de Sociedade
- FDDHMMA** - Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
- FUNRURAL** - Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural
- GT**- Grupo De Trabalho
- IAN** - Insegurança Alimentar e Nutricional
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LGBTQIA+** - Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e o + inclui outros grupos e variações de sexualidade e gênero. (Movimento social e político que luta pela inclusão e respeito a diversidade de pessoas de diversas orientações sexuais e gêneros)
- MIQCB** - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MMTR-NE** - Movimento Da Trabalhadora Rural Do Nordeste
- MST** – Movimento Sem Terra
- MSTTR** - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização Das Nações Unidas
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNAN**- Política Nacional de Alimentação e Nutrição

**SARS-CoV-2** - *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (sigla em inglês - para doença causada pelo Covid-19 - *Coronavirus Disease 2019*)

**SCIELO** - *Scientific Electronic Library Online*

**SPELL** - *Scientific Periodicals Electronic Library*

**UNICAFESA** - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

**UNIJAVA** - União dos Povos Indígenas do Vale do Javari



## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	16
<b>2. PENSANDO SOBRE: FEMINISMO DECOLONIAL E GÊNERO.....</b>	<b>18</b>
2.1 E NÓS, O QUE ESTAMOS DISCUTINDO SOBRE?.....	19
2.2 PARA COMEÇAR A CONVERSA SOBRE COLONIALIDADE.....	22
2.3 ENTENDENDO O FEMINISMO DECOLONIAL .....	26
<b>3. COMPREENDENDO SOBRE: DIREITO ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA .....</b>	<b>35</b>
3.1 “VOCÊ TEM FOME DE QUE?” .....	36
2.4 “PELOS CAMPOS HÁ FOME EM GRANDES PLANTAÇÕES” .....	40
3.2 QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER... ..	45
<b>4. SEGUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>50</b>
<b>5. A ARTE DE TRAZER A VIDA PELAS MÃOS.....</b>	<b>62</b>
5.1 QUEM É MARGARIDA? HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA... ..	62
2.5 O AVESSE DO MESMO LUGAR.....	71
5.3 NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA .....	77
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Eu sou mulher, branca, cisgênero e venho de uma cidade do interior do Paraná, chamada Itambé, fica cerca de 45 km de Maringá, a cidade considerada principal polo econômico da região que recentemente recebeu o “título” de melhor cidade para se viver no Brasil (ARANHA, 2021). Itambé conta com cerca de 6 mil habitantes e é considerada pequena. Por isso, tem hábitos considerados “bem interioranos”, como as quermesses, conhecer as pessoas pelos familiares (filha de fulano, prima de beltrano etc.), alto índice de ruralidade. Sua economia se baseia no comércio e na agricultura.

Desse modo, eu cresci cercada por tudo aquilo que está ligado a agricultura. A família do meu pai foi sitiante, e a da minha mãe também trabalhou a vida toda “na roça”. Eu escolhi estudar administração, mas grande parte dos meus amigos escolheram profissões ligadas a agricultura como a agronomia, técnico agrícola e agropecuária, agronegócio, ou ir trabalhar com a família na roça mesmo. Devido talvez todos terem de certa forma “um pezinho na roça”. Além disso, antes de passar no processo seletivo do mestrado, trabalhei em uma cooperativa agroindustrial, que conseqüentemente me reaproximou da agricultura de uma forma geral.

Entender o mundo rural, sempre fez parte dos meus questionamentos. Entender o mundo do trabalho rural, e a participação das mulheres no meio rural, suas complexidades e especificidades, fizeram parte do meu dia a dia. Entender a relação de produção de alimentos, trabalho e acesso a alimentação, foram coisas que me foram desveladas somente no mestrado. Por isso a seguir apresento, algumas reflexões que ajudaram a compreender mais sobre esse cenário.

Segundo Guaraldo (2021), a partir de um estudo desenvolvido pela EMBRAPA, o Brasil é o quarto maior produtor de grãos do mundo (arroz, cevada, soja, milho e trigo), mas está em segundo lugar quando o quesito é exportação. Atualmente o país é responsável por 50% do mercado da soja, sendo o maior produtor e exportador desse grão, além de ser o segundo maior exportador de milho, quarto maior produtor de feijão, é o país que possui o maior rebanho de gado, sendo o segundo maior exportador dessa carne, possui o segundo maior rebanho de galináceos, e o quarto maior de suínos e ainda é o maior produtor de café e açúcar. (GUARALDO, 2021).

A Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (ABIA), apresenta o relatório anual de 2020, onde mostra que o Brasil é o segundo exportador mundial de alimentos industrializados e o quinto em volume, levando alimentos a mais de 190 países, além de ser o segundo maior produtor e primeiro produtor de carne bovina e aves, e quarto produtor e quanto maior exportador de carne suína (ABIA, 2020).

No entanto, o Brasil enfrenta um agravamento da insegurança alimentar. Segundo estudo da VigiSan (2021), 116,8 milhões de brasileiros, até a data do estudo, conviviam com a insegurança alimentar, cerca de 55% da população, desses 9% o que representa 19 milhões de brasileiros, passavam fome, e a incidência é maior em domicílios rurais, onde há baixa disponibilidade de água. O estudo ainda apresenta que a insegurança alimentar é mais incidente em mulheres, negras e de baixa escolaridade.

Além disso, o Brasil entre os anos de 2013 e 2018, baixava seus níveis de insegurança alimentar, mas o cenário mudou, pois entre os anos de 2018 e 2020, houve um aumento significativo na insegurança alimentar, chegando ao valores somente encontrados no ano de 2004. Com a chegada da pandemia, esse cenário agravou-se, e mesmo com o auxílio emergencial ofertado pelo Governo Federal não houve redução dos índices VIGISAN (2021).

De acordo com Burity et.al (2010) a Insegurança Alimentar e Nutricional é um conceito mutável que vem sendo discutido ao longo dos anos, pois ele evolui de acordo com história e organização da sociedade. Segundo as autoras o termo surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e ganhou força durante a Segunda Guerra Mundial. Desde então seu conceito vem sendo debatido pelo mundo todo.

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional é entendida como um direito e que consiste no “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” Burity et.al (2010, p. 13).

Conforme apresentado em Brasil (2013) a Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e o Decreto 7.272/2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituem as bases diretrizes que o Estado apresenta no Combate a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN). O direito à alimentação se inicia desde o aleitamento materno, passa pela introdução alimentar e acompanha a dieta habitual dos brasileiros, essa que está atrelada a fonte de renda, grupo etário, local de residência e estilo de vida. Nesse sentido a Insegurança Alimentar e Nutricional, segundo Trivellato et.al (2019, p. 866) “pode ser vista tanto em situações de alimentação insuficiente, como fome e desnutrição,

quanto em situações de doenças decorrentes da alimentação inadequada, como o excesso de peso e carências específicas”.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021, online), a “Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira”. Além disso o último censo agropecuário apresenta a crescente participação das mulheres, conforme apresenta “observamos que 81% dos produtores são do sexo masculino e 19% do sexo feminino representando um aumento na participação das mulheres pois no Censo Agropecuário de 2006 representavam 13% do total de produtores” (IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 2017, p. 70). Apesar disso, o censo ainda mostra que apenas 18,6% das propriedades são de título das mulheres, o que reflete na hegemonia no campo, onde a maior parte dos estabelecimentos rurais são de propriedade masculina.

Nesse sentido, um país que é referência em produção de alimentos, possui uma área agricultável extensa, como poderiam brasileiros estarem em situação de vulnerabilidade alimentar? O Brasil que é referência em produção de alimentos, é o mesmo que tem 19 milhões de pessoas passando fome. A discussão proposta por Lugones (2014), revela que os modelos de produção de alimentos praticados na América Latina advêm do período colonial. A hierarquização de gênero, raça e sexo surgem como modos de dominação europeus, que colocam o homem/branco/heterossexual/patriarcal/capitalista, como modelo de desenvolvimento, que está acima de tudo e todos que se diferem desse modelo, inclusive a relação do humano com natureza, que passa a ser produto, da economia capitalista.

Dessa forma, Lugones (2014) denuncia a colonização, na sua forma brutal, que dominam os corpos femininos, e gênero, abordando aspectos pertinentes a Latino América, em especial trata de uma visão do colonizado e não do colonizador que destituiu a importância das mulheres nativas, colocando-as num lugar de subalternidade. Lugones (2007) exprime como a colonialidade do poder é um fenômeno abrangente e perpassa vários aspectos como, controle sobre sexo, subjetividade, autoridade e trabalho. Além disso, expressa como a divisão do trabalho aconteceu de uma maneira racial e geográfica, e a colonialidade se exprime também sobre a produção de conhecimento. É nesse momento que Lugones (2007) apresenta sua crítica, pois quando Quijano entende que gênero assume o eixo estrutural, não faz uma separação entre raça e gênero, que consiga explicar todos os aspectos de gênero, indicando a colonização do poder, saber, ser e gênero.

Assim como Lugones (2007) expressa como através das relações de poder, ocorreu a divisão sexual do trabalho de forma racializada e geográfica, mas também de outras formas

como social, cultural, material e intersubjetiva além das formas de produção do conhecimento e gênero. Cabendo as mulheres um lugar de subalternidade, o qual, tudo aquilo que não era tido ao colonizador como seu semelhante, era de seu domínio, inclusive a natureza (LUGONES, 2014), onde ela “foi e continua a ser concebida como um instrumento do homem humano (uma tautologia) para si mesmo, para acumular infinitamente riquezas, extraída de tudo o que é natural.” (LUGONES 2012, p. 130, tradução minha).

Nesse sentido Walsh (2008) apresenta, como a dominação da natureza, nessa divisão binária, onde a colonialidade exclui “o mágico-espiritual-social, a milenar relação entre os mundos biofísico, humano e espiritual, inclusive o dos ancestrais, aquele que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e a própria humanidade” Walsh (2008, p. 138).

Roiziman e Closs (2021), explicitam como a fome se tornou um fenômeno da modernidade, ligado ao modo de produção capitalista. E apresentam como as “transnacionais e os Estados dos países centrais, que, muito mais que produzir modernizações na agricultura, obtiveram sucesso em modernizar a fome e a desigualdade” (ROZIMAN E CLOSS, 2021, online).

Nesse sentido, se as empresas transnacionais são as responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades e pela fome no mundo, quem seriam os responsáveis pela efetiva produção de alimentos para a população. De acordo com o Guaraldo (2021), o Brasil é responsável por parte significativa da produção de alimentos em vários setores da agricultura, como aponta o estudo da EMBRAPA. Porém se analisado o que está sendo produzido e exportado, o país está entre os primeiros produtores, de soja e milho, produtos que são carro chefe do agronegócio, apenas *commodities*.

Sendo a agricultura familiar responsável pela produção de alimentos consumidos no Brasil, entendo a luta e participação das mulheres na produção de alimentos no Brasil, proponho a problemática dessa pesquisa que se pauta sobre como essas mulheres que fazem parte desses movimentos, se organizam para que sejam produzidos alimentos que vão garantir o direito à alimentação, esse que é um direito humano.

A importância desse estudo para os Estudos Organizacionais está em discutir como os modos de produção coloniais ainda se fazem presente em nossa sociedade, especialmente em relação a produção de alimentos. Nesse sentido, como essa dinâmica colonial pode ser relacionada aos debates sobre gênero para efetivarmos outros modos de organização para a produção de alimentos que tenham a soberania alimentar como base de sua constituição, se torna uma das principais reflexões deste trabalho.

Outro aspecto importante a se refletir nesse contexto é como as mulheres se organizam em suas lutas coletivas para garantir o direito à alimentação no país. Várias mulheres têm atuado nesse sentido no Brasil. Algumas lutas de mulheres acontecem nesse sentido, como o movimento de mulheres camponesas, movimento de mulheres camponesas, marcha das margaridas, grupo de mulheres da ANA agroecologia, grupo de trabalho ABA agroecologia, movimento de trabalhadoras rurais, e muitos outros movimentos que são mistos e incluem grande participação feminina, como a CONTAG, o MST, e outros movimentos.

A pergunta de pesquisa que orienta esse estudo é: como gênero influencia a organização das lutas de mulheres camponesas para a efetivação do Direito à alimentação no Brasil?

Para responder essa pesquisa, considero a história de Margarida Alves, uma das principais mulheres na construção da organização de mulheres que lutam para a efetivação do Direito à alimentação no Brasil. Margarida, mulher, paraibana, seu nome está entre as primeiras mulheres sindicalistas do Brasil, lutou pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sua celebre frase “É melhor morrer na luta, do que morrer de fome” ilustra justamente por aquilo que se dedicou durante toda sua trajetória de vida, a luta pelo acesso a dignidade dos trabalhadores.

Margarida foi alvejada a tiros e morta em sua residência, após diversas ameaças para que ela se calasse diante de sua luta. Mesmo após a sua morte, seu nome não ficou esquecido, Margarida teve seu nome eternizado nas diversas lutas organizadas por mulheres por todo o país. Na data de sua morte são realizadas diversas ações que relembram as motivações do seu assassinato, e reforçam as lutas das mulheres, em especial a data celebra o dia contra a violência no campo.

Sendo assim, estabeleci objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa:

### **Objetivo Geral**

Compreender como gênero influenciou a organização de luta de Margarida Alves para a efetivação do Direito à Alimentação no Brasil

### **Objetivos Específicos:**

- Descrever a trajetória de organização da luta pelo Direito à alimentação realizada por Margarida Maria Alves;
- Discutir como gênero impactou na trajetória de organização de lutas pelo Direito à alimentação realizada por Margarida Maria Alves;

- Analisar as articulações entre gênero e a organização da luta empreendida por Margarida Maria Alves para a efetivação de Direito a Alimentação no Brasil.

Para alcançar esses objetivos propostos, adotei como percurso metodológico uma pesquisa de caráter qualitativa, descritiva e como métodos de pesquisa para acessar o campo utilizei o método biográfico. A pesquisa foi desenvolvida por meio da produção de material empírico para análise, através de pautas, fotos, vídeos, documentários, reportagens, teses, livros e artigos científicos. Depois de coletados os materiais foram organizados, conforme sua natureza, analisados e categorizados.

O corpus da pesquisa foi processado em três partes, que foram importantes para que o trabalho pudesse ser realizado. No primeiro momento foi feita uma busca para que o maior número de material pudesse ser levantado, o segundo momento foi pautado pela organização dos materiais, que foram selecionados, classificados e sistematizados conforme a sua natureza, para que assim chegasse a terceira fase que foram as análises dos materiais.

Assim sendo, apresento a contribuição que o meu trabalho traz para o campo dos Estudos organizacionais, através da justificativa a seguir.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A importância desse trabalho para o Estudos organizacionais está em avançar no sentido de se pensar a realidade brasileira, com uma perspectiva emancipatória dos modos hegemônicos de organização da produção de “alimentos”. Além da não submissão dos Estudos Organizacionais sob os estudos de Gestão empresarial, pois traz uma reflexão sobre outros modos não hegemônicos, como alternativa de compreender organizações que fogem da administração convencional.

Diante a problematização exposta por autores como Ramos (1983), que demonstram a colonização do curso de administração no Brasil, apontando que muitos estudos se mostravam como meros reprodutores de teorias “americanizadas” ou vindas da Europa, encontro como caminho, entender a realidade brasileira, sob uma episteme que analisa a problemática rompendo com essa ideia do que é estrangeiro, é a melhor forma ou a forma correta e que

coloniza saber, poder, ser, ou produzir, conforme apresenta Lugones. Encontro no que Mizoczky et al. (2015), apresenta como resposta entender as lutas sociais, proporcionando a emancipação dos Estudos Organizacionais, dos estudos sobre Gestão, que de certa forma colonizam o saber organizacional, onde aquilo que não está embricado fortemente com a Gestão, está fora do campo.

Segundo Walsh (2008), a colonialidade do saber se expressa desde a escola a universidade onde no sistema educacional são tidos como a expressão do saber, se apresenta através do conhecimento do homem branco europeu ou europeizados. Expressando assim, como o campo do conhecimento se torna um “dispositivo de dominação, a colonialidade penetra e organiza quadros epistemológicos, acadêmicos e disciplinares” Walsh (2008 p. 137).

Embora a abordagem decolonial expressa em Quijano (2015) denuncie a colonialidade do poder e a modernização, ela não seria de tal modo completa, pois ele não traz a colonialidade do gênero. Por isso a discussão feminista decolonial proposta por Lugones (2007) é pertinente, pois ela avança nesse sentido. Escolhi compreender a luta de uma mulher numa abordagem feminista, pois é por meio dela, que se torna possível entender sistemas que oprimem, violentam e colocam a mulher em um lugar de subalternidade.

Para trazer alicerce a esta pesquisa, trago as discussões de autoras que percorreram os caminhos da pesquisa científica antes de mim, e validaram seus conhecimentos nesse campo, são eles que vão fundamentar a discussão que proponho. Divido em três grupos principais, essa construção da base teórica, começa pela discussão feminista decolonial e gênero, em segundo momento passa pela discussão de direito à alimentação e finaliza com o campo.



## 2. PENSANDO SOBRE: FEMINISMO DECOLONIAL E GÊNERO

O que é ser mulher? Durante muito tempo a resposta mais provável para essa pergunta se resumiu a um debate biológico. Bastava nascer com o aparelho reprodutor feminino para obter uma resposta para esse questionamento. Entretanto, mesmo no campo da biologia, essa resposta não é tão simples. Recentemente, nas ciências do esporte, por exemplo, há uma discussão sobre limites hormonais para essa definição. Não basta somente ter o órgão reprodutor feminino para competir com outras mulheres. É necessário o “enquadramento” em diversos parâmetros para que esse lugar seja validado. Nas Ciências Sociais Aplicada, local da área de Administração no campo científico, essas disputas também ocorrem. Se até recentemente eram os parâmetros biológicos que definiam esse lugar, estes estão, e sempre estiveram, em discussão.

Esse debate ocorre, pois há um reconhecimento de que o lugar que ocupamos no mundo não é um ente estabilizado no qual seus parâmetros são evidentemente delimitados. Esse lugar é resultado de um processo sócio-histórico que carregamos em nossas relações, assim como em nosso próprio corpo. O que os estudos sobre gênero discutem em relação ao ser mulher se estabelecem justamente nesse campo de questionamentos sobre quais são esses parâmetros que são utilizados para que nós possamos ocupar esse lugar de ser/estar mulher no mundo.

Dentre os diferentes locais sob o qual eu poderia enunciar esses debates, aqui, minha opção é discutir as proposições teóricas de María Lugones. Essa escolha ocorreu a partir de alguns critérios. O primeiro é o fato de ela se reconhecer como mulher e como teórica, o que no campo científico é um critério importante para se considerar, pois é com esse campo que ela se propôs a dialogar, sendo essa, também, a minha escolha.

Um segundo critério é o fato de ser e se reconhecer como mulher latina. Lugones fez parte do grupo modernidade e colonialidade que buscava novos olhares para entender o mundo, e entender realidades, diferente daquele pensamento eurocentrado. Entendo que o lugar onde me localizo possui particularidades que precisam ser observadas e entendidas com perspectivas próprias, analisadas de perto, e que a forma de conhecimento eurocentrado, nem sempre vai trazer as respostas dos problemas que encontramos na realidade latina.

Então para desenvolver a discussão teórica desta pesquisa tomo como principais, os conceitos desenvolvidos por María Lugones acerca do feminismo decolonial e gênero. De tal modo, no primeiro momento desse trabalho trago o que tem sido trabalhado dentro dessa abordagem nos últimos anos dentro dos Estudos Organizacionais. No segundo momento trago ideias, que serviram de base para o pensamento decolonial, em destaque as de Anibal Quijano. O autor explora conceitos que posteriormente foram abordados por Lugones. E finalizo trabalhando as ideias feministas decoloniais propostas pela autora.

## 2.1 E NÓS, O QUE ESTAMOS DISCUTINDO SOBRE?

As organizações são constituídas de pessoas. Estudar organizações, é estudar também pessoas. Ao longo do tempo discutiu-se sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho, sobre a sua carreira, sobre como conciliar suas jornadas de trabalho, entre outras coisas. A verdade é que o trabalho feminino sempre existiu, muito embora tenha passado “despercebido”. A divisão sexual do trabalho, atribuiu ao sexo feminino as tarefas do reprodutivas, a ao masculino as tarefas produtivas. E quem não se encaixa nessa dicotomia, onde se encaixam? As discussões sobre gênero (não somente dicotômico) vem ganhando cada vez mais espaço no mundo organizacional. Entender organizações numa lente teórica feminista, sobre gênero, é algo que começa a ganhar espaço nos estudos organizacionais.

Pensando ainda sobre a perspectiva decolonial, Ballestrin (2013a) questiona o ponto de como os brasileiros não fizeram parte do grupo de estudos Modernidade/Colonialidade, e argumenta que o Brasil passou por um processo de colonização diferente do hispânico ocorrido no restante da América Latina, um processo imperialista desenvolvido por Portugal, embora tenha sido questionado por autores como Milton Santos e outros. E deixa como uma das sugestões de agenda de pesquisa: “Os movimentos sociais atuais, em seus discursos e práticas, identificam a colonialidade e reivindicam a decolonização?” (BALLESTRIN, 2013a, p. 112).

Nas buscas que realizei nos eventos da ANPAD, através de um levantamento dos termos colonial, decolonial, descolonial, pós-colonial observei que existem estudos sob a perspectiva pós-colonial e decolonial, que apresentaram uma crescente nos últimos anos.

Embora estudos como Alcadipani e Rosa (2010), Wanderley e Faria (2013) e Wanderley (2015) já discutirem temas ligados a pós colonialidade e decolonialidade, é somente em 2016 que Wanderley e Barros (2016) propõe uma virada dos estudos para se pensar de um outro ponto de vista onde devem ser contempladas outros tipos de gestão e organizações. Do mesmo modo, Abdalla e Faria (2017) sugerem uma virada de agenda em administração, para os estudos decoloniais. Diferente dos estudos sobre gênero em administração que não é novidade, desde os anos 2000 já se discutia questões de gênero nos eventos da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), e até mesmo antes nos anos 90 já havia publicações discutindo gênero nas revistas de administração, nas diversas linhas de pesquisa, por diferentes óticas, que não a decolonial. São mais de 30 anos que a temática de gênero é abordada nos estudos de administração no Brasil.

Embora, a visão sobre gênero nos estudos de administração ainda seja eurocentrada, já existe uma parcela significativa de pesquisas que abordem gênero a partir de outras epistemologias, que não as eurocêtricas. Como apresentam Ferreira et al. (2015), que estudaram sobre questão de diversidade e gênero no contexto organizacional, onde foi possível verificar que os estudos sobre gênero apresentam uma crescente nos grupos de pesquisa, porém as organizações ainda têm uma visão capitalista e a questão da diversidade e gênero “não passam de ilusão e sentimentalismo” Andrade et al. (2014, p. 63). Capelle et al. (2007) realizaram um levantamento acerca do que tem sido discutido sobre gênero nos estudos de administração nos principais periódicos e eventos entre 1995 e 2004 e constatam que:

Verificou-se um quadro em que predomina apenas um tipo de abordagem, a Liberal, que pressupõe a persistência da já criticada polarização entre o masculino e o feminino, apoiada na realização de investigações teórico-empíricas de natureza qualitativa, fundamentadas no método de estudo de caso. [...] o estudo das relações de gênero nas organizações brasileiras encontra-se em uma fase embrionária, apresentando amplas possibilidades de pesquisa e intervenção, bem como algumas limitações que precisam ser superadas. (CAPELLE ET AL. 2007, p. 524.)

Posteriormente, em um novo levantamento, entre 1995 e 2014, Andrade et al. (2014) observaram que houve um aumento significativo dos estudos de gênero a partir do ano de 2010, chegando ao número de 88 artigos publicados, onde somente 25% estariam no estrato A2 de qualificação da CAPES.

Bell et al. (2019) sugerem ser um novo tempo para o feminismo em geral. Um tempo em que as teorias feministas passam a fazer parte do rol de teorias nos estudos

organizacionais, que desafia e compreende sexismos, relações de trabalho e relações sociais. Os autores identificam como os estudos feministas são minoria em revistas de alto nível sendo menos de 100 desde 1990 em 15 periódicos analisados. Ainda assim, afirmam que sexismo, misoginia e patriarcado são constituintes do mundo acadêmico, pois “as revisões de trabalhos publicados em estudos de gestão e organização mostram que os feminismos permanecem marginalizados e silenciados como teoria e práxis”. Bell et al. (2019, p. 10, tradução minha). De tal modo alertam sobre o fato de não explorar questões feministas nas relações de trabalho, é aceitar as desigualdades que afetam todas as mulheres. E enfatizam sobre as dificuldades encontradas para desenvolver um editorial com publicações feministas, não por falta de trabalhos, mas pela negativa de revisores que o feminismo “pode ser visto como perigoso por aqueles que detém o poder”. Bell et al. (2019, p. 11, tradução minha). Ainda assim reconhecem sua posição de privilégio como pesquisadores do norte global, e que não podem falar por todas.

De certo modo, o cenário descrito por Bell et al. (2019) a respeito dos poucos trabalhos publicados sob a perspectiva feminista em periódicos de alto impacto, não é diferente da realidade brasileira. Em uma pesquisa realizada encontrei poucos artigos que tem como lente teórica o feminismo. Em 4 artigos encontrados nas bases de busca da ANPAD e SPELL, somente um utiliza como lente o feminismo decolonial. Para as buscas nas plataformas forma utilizados termos: FEMINISMO, FEMINISM, DECOLONIAL, DESCOLONIAL, DECOLONIALIDADE, COLONIAL, COLONIALIDADE. Sendo estudos como o de Soares e Silva Filho (2019), Mafra et al. (2018), Amaral e Mafra (2019) e Oliveira (2019).

Por fim, os estudos decoloniais estão caminhando nas pesquisas. Surge então uma outra forma de entender as organizações, sob um ponto de vista “subalterno”, além de os Estudos Feministas estarem emergindo no campo da Administração. A ruptura como esses eixos já estabelecidos, buscando outras formas do conhecimento é romper com uma lógica de dominação colonial de gênero e organização que se estabeleceu durante muito tempo.

Essa busca também se reflete no entendimento do campo de possibilidades de se pensar processos organizativos que o feminismo decolonial pode proporcionar. Um deles é em relação a garantia de direitos.

## 2.2 PARA COMEÇAR A CONVERSA SOBRE COLONIALIDADE...

Afinal, decolonial, descolonial ou pós-colonial? O que parece talvez ser somente uma divergência de palavras que poderiam ser sinônimas, na verdade exprimem sentidos totalmente diferentes. O termo utilizado nesse trabalho é o **decolonial**, tanto para a abordagem que precede, quanto ao feminismo. Entendo naquilo que Ballestrin (2013a) exprime sobre as divergências dos termos, onde decolonial estaria ligado a um rompimento total com a colonialidade, e descolonial estaria ligada a ultrapassegem do colonialismo, e mais próximo dos estudos pós-coloniais. Entretanto os estudos pós-coloniais são os primeiros que perceberam a divergência entre colonizador e colonizados, porém ainda se baseiam em pensamentos das escolas de centro. Ainda sobre isso em uma entrevista, Ballestrin (2013b) explica:

Por sua vez, a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”. Em termos históricos e temporais, esta última indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Trata-se de uma elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 e que pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial, muitas vezes criticado por um excesso de culturalismo e mesmo eurocentrismo devido à influência pós-estrutural e pós-moderna. (BALLESTRIN, 2013b, p. 40).

Iniciam-se nos anos 1980 os primeiros questionamentos que reúnem diferente perspectivas acerca da divisão global do conhecimento. Onde questiona-se sobre como teorias são exportadas, tidas como universais, gerariam uma dependência acadêmica. Essas teorias que contestam esse eurocentrismo são diversas, e emergem de diversas localidades do mundo de países subalternos, e foram agrupadas e intituladas Teorias do Sul, pois todas elas colocam em xeque a aceitação universal dessas teorias colonizadoras dos intitulados como norte/centro de conhecimento (BALLESTRIN, 2017).

No cenário descrito por Ballestrin, com reflexões sobre a colonialidade epistêmica e sob a subalternidade da mulher, Spivak (1985) expõe a problemática acerca dessa violência epistêmica, que coloca o colonizado como o Outro e questiona se “pode o subalterno falar?”. Nesse sentido, ela discute sobre a “representação e a re-representação” no sentido de falar por,

ou no sentido das artes da ação, (encenação) se poderia alguém de tal modo “representar” o outro. Dessa maneira, a autora faz a ressalva que os/as sujeitos/as colonizados/as não são homogêneos e divide-os em 4 grupos: dominantes estrangeiros; dominantes nativos, dominantes nativos regionais e locais; e povo ou classe subalterna. Sendo heterogêneos como seria possível um grupo representar o todo? Ainda expõe sobre como ser mulher, negra e pobre acentua-se ainda mais a problemática em se reconhecer suas falas, como **o ser mulher** a faz ainda mais suprimida. Ao final ela responde que o subalterno não pode falar, não por não terem voz, mas por não reconhecerem as suas vozes, e que “Não há valor algum atribuídos à ‘Mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.” (SPIVAK 1985, p. 126).

Do mesmo modo exploram a ideia da colonialidade do conhecimento outros autores como Santos (2009), que expressa a ideia de pensamento abissal. Essa que está presente na sociedade ocidental moderna, e é um sistema de distinções onde os sistemas visíveis estabelecem os invisíveis, e aquilo que está “do outro lado” dessas linhas invisíveis é desprezado, pois não se pode estar em ambos os lados. No campo científico, se apresenta na disputa epistemológica, onde são pleiteadas as formas científicas e não-científicas da verdade, e assim, coloca conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas fora das formas de conhecimento. Sendo eles tratados meramente como objeto de estudo. O autor argumenta, como a violência a apropriação fizeram e fazem parte das relações e interações políticas e culturais do ocidente, e tem na universalidade não questionada. Como resposta para uma justiça social global, inicia-se pela luta cognitiva global, traduzida num pensamento pós-abissal, ou seja, um pensamento ecológico, que proporciona visões múltiplas sobre aquilo que conhecemos e não conhecemos.

Ballestrin (2013a) explicita como na década de 1990, movido por esses pensamentos pós-coloniais constituiu-se o grupo Modernidade/Colonialidade, com estudos pautados na crítica aos estudos eurocentrados, renovando as ciências sociais na América Latina. A autora argumenta que vários estudos já estavam sendo desenvolvidos e tinham como pauta, a questão do colonizador e do colonizado. Antes mesmo, já havia o grupo de Estudos Subalternos, formado na década de 70 no Sul Asiático. Somente 20 anos depois surge o grupo para discutir essas questões na América Latina. Entretanto, tinham perspectivas radicais quanto aos estudos subalternos, pois acreditavam que eles possuíam heranças coloniais, e o grupo buscava um enfoque Latino-americano. Posteriormente o grupo foi dissolvido por questões de emancipação epistemológica.

Segundo Ballestrin (2013a) no final dos anos 1990 ex-membros do grupo de Estudos Subalternos da América Latina, vieram a formar o Grupo de Estudos Modernidade/Colonialidade, que teve seus principais estudos desenvolvidos nos anos 2000. Faziam parte de grupo nomes como: Quijano, Dussel, Mignollo, Wallerstein, Castro-Gómez, Maldonado-Torres, Grosfóguel, Lander, Escobar, Coronil, Walsh, Santos e Palermo e que segundo Ballestrin (2013a, p. 99) serviram “para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI”. É nesse cenário que a autora explica a questão do giro decolonial que:

É um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. BALLESTRIN (2013a, p. 105)

Nesse sentido, as reflexões de Quijano (2005), explicam como a globalização é resultado de um processo que começou desde a colonização da América e do capitalismo moderno, que gerou um padrão de poder eurocentrado e esse se constitui em um eixo que estabelece a divisão social da população através da raça, chegando ao conceito da colonialidade do poder. Explicando assim, a maneira a qual a América foi dominada até mesmo na sua intersubjetividade. O autor apresenta que antes da colonização da América, não existia uma ideia de raça, e essa surgiu da codificação de colonizador e colonizada/o a fim de fundar as relações de dominação e ser dominado. As nomenclaturas que determinadas novas identidades como negros, indígenas e a titulação de branco veio do próprio colonizador.

Quijano (2005) exprime que essa divisão em raça é que estabeleceu os critérios de lugares e de poder na sociedade mundial e conseqüentemente essa estrutura de controle culminou num padrão mundial de produtos, trabalho e recursos, resultando no capitalismo mundial. Determinou também a divisão racial do trabalho, onde cabia a cada pessoa, um lugar mais importante ou dominado conforme a sua raça. Além disso dava o direito aos colonizadores, autointitulados como brancos, explorarem e escravizarem aqueles/aquelas que não eram vistos como seus/suas semelhantes. Nesse sentido, os europeus foram capazes de atribuir de forma intersubjetiva o seu padrão hegemônico de modernidade, com caráter etnocêntrico e “começou a formar-se com a América, que tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (QUIJANO 2005, p. 113).

A Colonialidade se exprime, através das relações construídas, que criam o conceito de raça, durante o período de dominação das américas, mas não somente delas, que persistem até os dias atuais. Ela se diferencia do conceito de colonialismo, pois esse não engloba as relações de poder raciais. Conforme os colonizadores avançavam em suas conquistas, dominavam as relações de produção de trabalho, dividindo em raças, os povos colonizados e atribuindo-lhes funções, conforme a raça que lhes fora definida, a divisão racial do trabalho. Que conseqüentemente, além do controle do trabalho, lhes permitiu o controle do capital, do comércio, dos recursos, do sexo, da produção de conhecimento e os modos de produção. Assim sendo a Europa detinha a dominação colonial em todas as partes do planeta, impoem seus modos de modo intersubjetivo e incorporando todos em um “sistema-mundo”, que resultava em seu padrão específico de poder, revelando a colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005)

No entanto Lugones (2008) entende que a modernidade como é concebida, define um sistema de gênero moderno/colonial, expandindo assim o conceito de colonialidade exposto por Quijano, que percebe a colonialidade do sexo como uma divisão dualista e biológica. A autora explica que a colonialidade do poder, resultou na colonialidade de gênero, e a colonialidade de gênero também reforçou a colonialidade do poder. Ainda assim a colonialidade de gênero se exprime de maneira subjetiva e intersubjetiva, determinando lugares na sociedade. Em um processo binário, dicotômico e hierárquico.

Ballestrin (2007) discorre sobre como teoria decolonial e feminismo se encontraram de modo a se apresentar na vertente de feminismo decolonial. Ela explica que “Na teoria feminista, a problematização sobre corpo, sexualidade e gênero é fundamental. No âmbito do pós-colonialismo não necessariamente feminista, esta problematização é, em geral, inserida nos contextos do encontro e da violência colonial.” Ballestrin (2017, p. 1.038). Dentro das formas de violência que fizeram parte do processo de colonização há também o processo de colonização dos corpos, onde os colonizadores viam nas nativas um território a ser explorado. Onde inclusive, os colonizadores, trazem rotulações sobre elas de cunho sexual como despudorada, exótica ou ferosa conforme a sua etnia: ameríndia, oriental ou africana respectivamente. E esse aspecto foi pouco explorado dentro da teoria decolonial, e passa ser um debate evidente na teoria feminista decolonial. A autora versa sobre o encontro entre feminismo e pós colonialismo não ser algo tão pacífico, visto que feminismo possui arcabouço suficiente para colocar diversas teorias em xeque.

A teoria feminista decolonial, traz elementos que foram ignorados antes por outras teorias que buscavam uma emancipação das teorias nortes globais. Questões de gênero



passam a ser evidenciadas, exprimindo assim como a colonialidade do poder se apresenta também nas discussões acerca de gênero. Nesse sentido Lugones, abre as discussões a esse respeito que será explorado no tópico a seguir.

### 2.3 ENTENDENDO O FEMINISMO DECOLONIAL

Eu venho de uma cidade muito pequena do interior, o que fez com que muitas coisas que eu aprendi desde muito criança se tornassem barreiras para entender o papel da mulher, seus direitos e a sua participação numa sociedade mais justa e equalitária. Inclusive, até mesmo essas noções do que é ser grande, pequeno ou do interior que me foram dadas e que, hoje, ainda são referências sobre como compreendo minha história e meu lugar no mundo. Lembro de ouvir falar das feministas como aquelas que “queimaram sutiãs em praça pública” e como aquilo era muito malvisto, pois a moral judaico-cristã (LUGONES, 2014) era o principal “filtro” pelo qual eu ouvia e apreendia essas narrativas. Um dos meus primeiros contatos com uma “feminista de carteirinha” – assim como são chamadas de forma pejorativa as “militantes do movimento” – foi com uma funcionária dos Correios. Ela era de Maringá, uma cidade da região de maior porte, historiadora de formação. Meus primeiros contatos com as ideias dela, por cerca do ano de 2009, foram através de redes sociais, que emergiam na época. Eu devia ter cerca de 16 anos, sempre fui interessada por política e eu me sentia uma pessoa muito crítica perante os problemas da sociedade, mas as ideias da “Mulher do Correio” eram “pra frente demais”.

Ela se posicionava sobre tudo que envolvia a política nacional, estadual e até mesmo municipal. Não só assuntos de cunho político, mas tudo que envolvessem a vida das mulheres, trabalho, família, corpo e situações do cotidiano. Também falava em assuntos que eram tidos como tabus para uma cidade pequena interiorana como a minha. Com isso comprou inúmeras inimizades, que futuramente impactaram diretamente no seu trabalho. A funcionária do Correio, foi uma pessoa imprescindível na minha construção feminista. A mudança de visão sobre o feminismo, e todo o processo de desconstrução que impactaram a minha vida em todos os sentidos e que acontece até hoje, vieram através ela.

Apesar de ter meu primeiro contato com feminismo, e desenvolvido aos longos dos anos até pouco tempo não conhecia sobre as suas diferenças. Pois as teorias feministas se apresentam em diversas vertentes. Muito embora elas se apresentem de maneiras diferentes, e tenham enfoques que vão mudando ao longo do tempo. Todas têm o mesmo objetivo, que é a emancipação dos domínios masculinos e a mudança dos modelos patriarcais. Entender e fazer parte de um movimento feminista não é um processo fácil, é longo e exige muitas desconstruções de conceitos enraizados que estão perpetuados muito antes de nascer.

Calás e Smircich (1998), apresentam de maneira resumida, as principais abordagens feministas começando pela liberal, seguindo pela radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista/pós-moderna e finaliza com a terceiro-mundista/(pós)colonialista. As autoras enfatizam o risco de se colocar as abordagens numa sequência, pois apesar de se apresentarem de maneiras diferentes existe uma linha muito tênue que as dividem, visto que cada abordagem tenta suprir limitações da outra. Acrescento ainda, o feminismo camponês popular, que é uma vertente feminista que nasce em solos rurais brasileiros, na luta pela biodiversidade, na agroecologia e na sabedoria das mulheres contra o agronegócio. No entanto, nesse capítulo o enfoque é sobre o feminismo decolonial.

Inspirada no conceito de subalternidade de Spivak, Ballestrin (2017) cunha o termo feminismo subalterno, que trata de um feminismo contrário aquele hegemônico eurocentrado. Um feminismo “guarda-chuva” que abarca diversos feminismos que enfrentam o feminismo colonizador ocidental, esse que se posiciona distante daquilo que é a realidade terceiro mundista. Segundo a autora o que difere o feminismo decolonial dos outros demais feminismos são três fatores: **filiação teórica, influência e geografia**. E ainda observa sobre o fato de o feminismo decolonial ter sido um salto no conceito de colonialidade do poder estabelecido por Quijano no que diz respeito a gênero, inaugurado por María Lugones. Segundo Gonçalves e Ribeiro (2018), a filósofa argentina, foi integrante do Grupo Modernidade/Colonialidade e essa aproximação foi o que permitiu desenvolver sua abordagem sobre gênero e raça.

Lugones (2007) avança nos estudos decoloniais através da perspectiva de Quijano, que apresenta os conceitos de colonialidade do poder e modernidade. A autora alerta sobre o autor ter sua visão sobre gênero, ainda capitalista, eurocêntrica, heterossexual e patriarcal, essa que oprime os arranjos de gênero e sociais. A autora ainda afirma que esses arranjos podem e devem ter uma perspectiva não dominante. Mantém o conceito de colonialidade do poder e apresenta o que ela chama de Sistema de Gênero Moderno/Colonial como solução para entender esse conceito. Nesse sentido, apoiada em Quijano, exprime como a colonialidade do

poder é um fenômeno abrangente e perpassa vários aspectos como, controle sobre sexo, subjetividade, autoridade e trabalho. Nesse conceito de eixo estrutural, cada um desses elementos é constituído e constitutivo dessas relações de poder.

Desse modo Lugones (2007), ressalta como a colonialidade se distingue de colonialismo, pois o último não engloba as relações raciais de poder. Além disso, expressa como a divisão do trabalho aconteceu de uma maneira racial e geográfica, e a colonialidade se exprime também sobre a produção de conhecimento. É nesse momento que ela apresenta sua crítica, pois Quijano entende que quando gênero assume o eixo estrutural não apresenta uma separação entre raça e gênero, e dessa forma segundo Lugones, ele não consegue explicar todos os aspectos de gênero.

Em consequência disso Lugones (2007) apresenta a interseccionalidade como explicação de gênero, nesse eixo estrutural que condiciona e é condicional do poder. Quando o sistema de gênero europeu foi violentamente introduzido em países colonizados, é que se configura a questão de gênero e raça. Excluindo gêneros que não eram binários, destituindo poder das mulheres nativas, e colocando-as em um papel de não humanas. Onde as mulheres brancas tidas como sinônimo de delicadeza e fragilidade, proporcionaram a manutenção do poder do homem branco, heterossexual e hegemônico.

Além disso, Lugones (2008) concorda com Quijano sobre como a colonização racializou a população mundial, e não somente na questão geográfica, mas social, cultural, material e intersubjetiva, além da divisão do trabalho, do sexo a produção do conhecimento através das relações de poder. Assim pontua sua crítica a Quijano no que se refere a gênero. Segundo a autora “Quijano aceita o entendimento capitalista, euro-centrado e global de gênero” Lugones (2008, p. 78), lugar o qual ele mesmo não perceber pertencer. De tal modo, Quijano afirmaria que “As diferenças são pensadas nos mesmos termos que a sociedade lê a biologia reprodutiva.”. Para Lugones (2008, p.84), Quijano teria abordado uma questão de gênero em uma distinção biológica, considerando somente como “disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos” (LUGONES 2008, p. 83).

Ainda sobre essa dicotomia que determina gênero, Lugones (2012) afirma que “A distinção sexual moderna / capitalista / colonial **não é biológica, mas política.**” (Lugones, 2012, p.131, tradução e grifo meus). Isso porque essa distinção dada pelo colonizador como natural e biológica, não passa de uma forma de opressão pautada numa dicotomia, que ignora e esconde outras formas, pautadas no ódio e na violência, endossada pela Igreja Católica, Coroa e poderes coloniais.

Lugones (2007) apresenta que algumas sociedades que eram regidas pelo patriarcado e que entendiam um terceiro gênero, sendo este entendido como algo não binário, e não como sistema de numeração que elegeisse um terceiro gênero além da divisão dicotômica. Embasada pelos estudos de Allen, que mostra como algumas sociedades eram regidas por mulheres, e com a chegada dos colonizadores isso se inverteu de maneira eurocêntrica heterossexual. Apresentando também os estudos de Oyewùmí sobre gênero, que explicita a respeito de antes da colonização não existir essa separação de gênero binário (homem-mulher), e não existir uma dominação de um sobre o outro. A esse respeito a autora salienta como essa visão se apresenta mais completa do que a de Quijano sobre gênero: “Ela nos permite ver a inferiorização econômica, política e cognitiva, bem como a inferiorização das fêmeas em relação ao controle reprodutivo” (LUGONES 2007, p. 198).

Nessa perspectiva Lugones (2012), discute se ser mulher é um termo concedido somente as mulheres brancas, visto que as não-brancas por não serem consideradas humanas, não poderiam ocupar esse lugar, portanto, haveria uma contradição ao se tratar de mulher indígena e/ou negra. Dessa maneira, essas mulheres não fazem parte da personificação de mulher, e o feminismo branco não é suficiente, pois ele apresenta uma universalização de mulher, numa visão capitalista moderno, na busca da igualdade com homem branco inexistente. Nesse sentido, a resposta é um feminismo que apresenta a interseccionalidade, onde gênero, raça e sexualidade se co-constituem, pontos excluídos pelo feminismo branco, sendo no feminismo decolonial inseparáveis raça e gênero.

A respeito da discussão de raça, Gonzales (1983) denunciara o mito da democracia racial no Brasil. Versa ainda sobre a questão da sexualização dos corpos das mulheres negras, vistas como mulatas e domésticas. Onde só lhes caberia o papel de concubinas, ou seja, que não são mulheres para se casar, pois, por não serem humanas, ocupariam o lugar de objetificação sexual. Além de apontamento para entrada de serviço pela cor da sua pele, efeitos do escravismo brasileiro, que são repercutidos até os dias atuais. A autora ainda discute como existe uma naturalização do racismo, onde vê como normal a miséria de pessoas negras, e lhes atribuem adjetivos pejorativos como justificativa para as mazelas sofridas. Ainda nesse sentido relata sobre como aquilo que é característico da negra é visto como ruim, o cabelo, lábios e nariz. A mulher é vista como boa, quando ela é a ama de leite, a negra que cria os filhos dos brancos, ou então a mulata no carnaval.

Ao analisar historicamente, Lugones (2012) discorre sobre como os europeus movidos por uma dicotomização impuseram hierarquias, onde pertencer a dois lados distintos seria uma contradição. Com isso racializaram tudo aquilo que tocaram, trabalho, língua, práticas

sociais etc. Além de se autodeclararem donos da razão, em todos os seus sentidos, essa a qual pertencia aos homens brancos e não poderia pertencer aos colonizados, pois esse eram tidos como não-humanos assim como a natureza. Ademais, apresenta como esse julgamento do tido como não humano, a partir dessa dicotomia racial indígenas e negros era seres sem gênero. Desse modo, explicita:

A natureza foi concebida como um instrumento em benefício dos seres da razão. Toda a natureza foi e continua a ser concebida como um instrumento do homem humano (uma tautologia) para si mesmo, para acumular infinitamente riquezas, extraída de tudo o que é natural. [...] A internalização que constitui o racismo desumaniza os seres percebidos como bestas pelo tratamento na produção econômica, na produção do conhecimento, na imposição sexual, na determinação de destruir seus modos de vida, no sentido de si mesmos. (LUGONES 2012, p. 130, tradução minha).

Lugones (2014) traz como ponto central da colonialidade a dicotomia sobre o que é considerada/o humana/o e não-humana/o. O humano, nesse sentido, não seria natureza, mas dominante dela. Essa dicotomia foi legitimada de forma impositiva sobre aqueles subordinados/as, e que inclusive traz a distinção do que é ser homem e mulher. A Autora aborda, o fato de o homem branco, heterossexual, colonizador, europeu, cristão, ser a figura que ditou as regras e caminhos dessa dicotomia, que vê aquela/e que ele tem como não sendo seu/sua semelhante, como um/a ser não-humana/o, o qual nativos e nativas, escravizados/as são tomadas/os como animais selvagens.

Collins (2019), apresenta sobre como foi suprimido o pensamento das mulheres negras nos Estados Unidos, através de três dimensões: a exploração do trabalho, a subordinação política das mulheres negras e a dimensão ideológica. Que de forma opressora negou as mulheres negras, acessos aos recursos da sociedade, indicando-as à um lugar de dominação e subordinação. Até mesmo porque a maioria dessas mulheres se quer tiveram acesso à educação, mesmo que básica. E quando as mulheres negras têm acesso ao ensino é que são contrastados os pensamentos de homens brancos, que eram tidos como verdade, que protegiam os seus próprios interesses.

A dicotomia discutida por Lugones (2012) se apresenta desde a diferenciação do ser humano entre homem e mulher, - tido aqui como ser humano somente pessoas brancas, pois os/as racializados como não brancos nem gênero possuíam por serem vistos como não humanos - e hierarquiza o homem com um ser detentor da razão, e como detentor dela é o único que pode alcançar a verdade universal e que pode produzir conhecimento, pois entende que o conhecimento é provindo da razão. Cabendo as mulheres (brancas) a subordinação e a

reprodução da raça e do capital. Tidas como próximas da natureza, por seu poder reprodutivo e dirigida pela emoção segundo o pensamento moderno idealizadas como “heterossexual, casta, sexualmente pura e passiva, relegada ao espaço doméstico onde, graças ao seu ser patológico (emocional), ela é capaz de incutir seu "conhecimento" nas crianças e somente nas crianças, crianças, antes da idade da razão.” Lugones (2012, p. 131, tradução minha). De tal modo, a colonização e os resquícios da colonialidade, perfazem o mundo contemporâneo, onde “o processo de destruição da comunidade está intimamente ligado à relação entre sexualidade e raça, e o sistema de gênero entende o gênero como necessariamente humano, dicotômico, hierárquico, heterossexual, sexualmente dimórfico” (LUGONES 2012, p. 131, tradução minha).

Além disso, segundo Lugones (2014), essa visão não circunda somente a esses tidas/os como não-humanas/os, mas que também domina, e coloca a mulher branca europeia num papel de subalternidade, como mera reprodutora de raça e capital. A essas/es tidas/os como não-humanas/os, coube uma perda de suas originalidades, pois foram forçadas/os de maneira brutal, se submeterem ao sistema colonial de gênero, que via como aberração tudo aquilo que fugia da perfeição masculina. E a missão civilizatória, junto com a conversão ao cristianismo, tornou as/os colonizadas/os como macho e fêmea legitimando o poder do colonizador. Os/as colonizados/as estavam longe de ser homem e mulher na visão dos colonos, pois essa distinção não cabia aquelas/es que eram tidas/os como não-humanas/os, e que lhes eram impostas até mesmo através de estupros. No que diz respeito a sexualidade e gênero a autora ressalta, que nos estudos mais recentes, se tem que gênero constrói sexo e não ao contrário e ainda mostra como, sob base de torturas incalculáveis, nos foi imposta a visão do colonizador sobre gênero.

Dessa forma, Lugones (2008) argumenta acerca de como a colonialidade definiu gênero numa distinção dicotômica, a qual “As atribuições revelam que o que se entende por sexo biológico é socialmente construído” (LUGONES, 2008, p. 84), ou seja, os critérios utilizados para definir gênero tidos como biológicos também não passam de uma construção social eurocentrada, e que coloca o feminino como subordinado. A autora baseia-se em estudos como de Oyewùmi e Allen que mostram que sociedades antes do contato com colonizadores, detinham outros meios de organização social, política e do trabalho que não o modelo hegemônico patriarcal. E ainda em Horswell e Silgail questões ligadas a gêneros não dicotômicos e sobre a homossexualidade. E reforça em Allen como a heterossexualidade é uma construção imposta pelo modelo hegemônico moderno colonial.

Assim, sob essa perspectiva de gênero, que Lugones (2014) desvela, e nos faz refletir sobre aquilo que temos como gênero, modos de ser, e produzir e reproduzir, e até como ocorrem as formas de dominação na América Latina, que na verdade, nos foi imposta e moldou tudo aquilo, ou grande parte daquilo, que temos como sendo certo e errado, verdadeiro ou falso, real ou mítico. A visão do colonizador, que impôs a sua “perfeição” masculina, e que se sentiu no direito de dominar e por vezes destruir aquilo que ele não tinha como sua/seu semelhante, se faz presente até hoje, inclusive nos modos de organizar e produzir.

Lugones (2012), sustenta e desenvolve seu argumento a respeito da colonialidade de gênero e raça como sendo elementos inseparáveis e que precisam ser discutidos nos mesmos eixos da colonialidade do ser, do saber e do poder, propostos por Quijano. E ainda argumenta sobre como a colonialidade do gênero e raça se expressa naquilo que é tido como o não humano, não digno, não detentor de razão. Onde caberia somente ao colonizador branco que nega e subalterniza demais existências, e lhe cede direitos sobre os colonizados para organizar a sociedade e tratar com violência e destruir tudo aquilo que estava abaixo numa hierarquia dicotômica. Assim sendo a autora afirma: “Eu chamo “colonialidade de gênero” precisamente a introdução com a Colônia de um sistema de organização social que dividia as pessoas entre seres humanos e animais” Lugones (2012, p. 134, tradução minha) e posteriormente explica que:

Chamo de “feminismo decolonial” aquele que começa por tomar consciência do sistema de gênero baseado na dicotomia humano-não-humano e na redução das pessoas e pensamentos feministas na natureza a coisas para uso de homens e mulheres Eurocêntricas, capitalistas, burguesas, imperialistas. O caminho a seguir é um caminho que começa por compreender a resistência à imposição colonial com referências coletivas, comuns, contra esse sistema de gênero, contra essa redução aos animais. É um caminho complexo, um espaço-tempo que não pode ser medido. A história linear ocidental moderna a encobre, a concepção abstrata e quantitativa ocidental moderna também a encobre. É por isso que acredito que temos que começar a ver o que está escondido, a usar modos de habitar nossas possibilidades de outra forma, enfatizando diferentes saberes, diferentes práticas, modos de passar resistência oral e corporalmente, modos de resistir e de ver outros povos indígenas resistem. mundo com histórias coloniais desumanizantes. (LUGONES, 2012, p. 135-136)

Portanto Lugones (2008) apresenta que esse sistema de gênero moderno/colonial, não foi inculcido de forma pacífica ou sem resistências onde colonialidade de gênero e de poder estabelecidas numa inter-relação. Ele ocorreu de duas maneiras: de uma maneira visível onde são constituídas as relações de gêneros englobando apenas homens/mulheres brancos/as

(definidos pelo sistema moderno/colonial) e outra oculta baseadas na violência, reduzindo pessoas apenas como força de trabalho, e ambas as maneiras são envoltas pela colonialidade do poder.

Conforme Lugones (2008) o feminismo branco ignora todas as formas distintas dessa relação dicotômica colonial. Ignorando mulheres não brancas, pois essas eram vistas como animais destituídas de gênero, e destituídas daquilo que consistia em ser uma mulher, ou ser humano. Por fim a autora reflete que “Precisamos entender a organização do social para tornar visível nossa colaboração com uma violência de gênero sistematicamente racializada, a fim de chegar a um reconhecimento inevitável dessa colaboração em nossos mapas da realidade” (LUGONES, 2008. p. 99).

QUADRO 1: PRINCIPAIS CONCEITOS DA TEORIA FEMINISTA DECOLONIAL

<b>Autora/Ano</b>	<b>Conceito</b>	<b>Definição</b>
Lugones (2007)	Sistema de Gênero Moderno/Colonial	Modo como a heterossexualidade foi imposta juntamente com conceito de gênero e raça. Introduzindo assim além disso a organização das relações de produção, relações de propriedade, de cosmologias e modos de saber. Que foi inculcido de maneira violenta.
Lugones (2007)	Colonialidade	Se distingue de colonialismo, ao englobar relações raciais de poder. Não acabou com o fim da colonização e estende até os dias atuais.
Lugones (2007)	Interseccionalidade	Converge com a teoria feminista negra, em como os conceitos de raça e gênero se fundem a fim de expor a exclusão da história, lutas e teorias de mulheres não brancas.
Lugones (2012); (2014)	Dicotomia humano-não humano	Humano não faz parte da natureza, mas sim seu dominante. A diferença entre homem e mulher. Aquele que não é semelhante ao colonizador, é tido como não humano, passível de todo tipo de dominação e violência.
Lugones (2007); (2008)	Gênero dicotômico	Distinção construída pela colonialidade, onde a construção que se diz biológica também e construída pelo colonialismo, dessa forma o gênero não é entendida numa dimensão biológica, mas sim, uma distinção política.
Lugones (2012); (2014)	Raça	Conceito introduzido de forma violenta, que denomina colonizadas/os como outros, não-brancos, tidos como não-humanos, vistos como somente como força de trabalho.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Por fim, percebo naquilo que Lugones (2007, 2008, 2012 e 2014) propõe que gênero e raça não podem ser discutidos de maneira separada. Entendo a distinção binária de gênero foi violentamente imposta como forma política pelos colonizadores. E tudo aquilo que fugia/foge do padrão europeu, branco, heterossexual, patriarcal; não tinha/tem direito a existência e



dignidade como ser humano. Pois somente era/é tido como verdade/ moderno/humano o padrão do homem branco europeu, que se estabeleceu através da colonialidade do poder.

Destarte, é com essa vertente de feminismo, que discute sobre a colonialidade do poder e gênero, que buscarei entender a realidade nesse estudo. Nesse sentido, busco discutir na próxima seção o que tem se discutido dentro dos estudos em administração sobre feminismo.

### 3. COMPREENDENDO SOBRE: DIREITO ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Diante as várias inquietações que surgiram durante a reflexão para esse trabalho, um ponto que chamou a atenção é sobre os dados apresentados pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2013 a respeito do desperdício de alimentos no mundo. Enquanto um terço dos alimentos produzidos são jogados fora e seriam suficientes para alimentar 2 bilhões de pessoas, simultaneamente 840 milhões de pessoas passavam fome. Os dados até a data apontavam que 7 milhões de crianças morriam anualmente antes dos 5 anos, e 162 milhões eram raquíticas. Com isso a ONU discutiu em 2015 a agenda 2030, que é um plano de ação que se pauta sobre 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, a serem promovidos e alcançados até 2030, e de certa forma todos esses objetivos estão interligados.

O Brasil é um grande produtor de alimentos, e mesmo assim ainda existem pessoas passando fome. Como isso poderia acontecer? Nesse sentido o tema 2 proposto pela ONU, também percorre o caminho dessa seção “**Fome zero e agricultura sustentável: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável**”. Ou seja, é preciso repensar o que tem se produzido e para quem tem se produzido. (AGENDA 2030, 2015)

De tal modo, reflito como tem sido pensada a questão da erradicação da fome através de uma agricultura sustentável no Brasil, para além dos modos hegemônicos, e quem tem sido responsável por essa luta, promovendo outros modos de produzir alimentos. Aqui discorro sobre três questões: direito à alimentação, agricultura no cenário brasileiro e a participação das mulheres nesse cenário. O primeiro tópico aborda questão do direito à alimentação no Brasil, sob um prisma diretamente ligado a legislação, entendo o direito à alimentação como um direito humano fundamental, pensando sobre o cenário que as pessoas se encontram frente ao acesso a alimentação adequada. E o segundo trata da questão da agricultura no Brasil, tratando desde a agricultura hegemônica praticada até outras formas de produzir. E o terceiro pensando sobre como as mulheres se organizam na luta por uma agricultura sustentável capaz de promover a melhoria na segurança alimentar e nutrição.

### 3.1 “VOCÊ TEM FOME DE QUE?”

Em um cenário pós ditadura militar no Brasil e antes de ser promulgada a Constituição Federal de 1988, a banda Titãs em 1987 lança seu álbum “Jesus não tem dente no país dos banguelas”, com 13 músicas entre elas “Comida”, que traz o trecho que intitula esse subtítulo. Na música os artistas dizem que “a gente não quer só comida”, fazendo uma crítica as outras necessidades que não só a comida, mas também diversão e arte. Mas é possível querer diversão e balé, quando mal se fez uma refeição ao dia? Nesse momento trago reflexões acerca do direito à alimentação no Brasil.

De todo modo, a Constituição Federal (1988) trouxe a seguridade de vários direitos, como o direito à alimentação no Brasil. A exemplo, alguns artigos, para que possa explorar sobre a legislação, de forma breve, o direito à alimentação. Dentro dos Título II - Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II – dos Direitos Sociais encontramos: **Art. 6º**. **Art. 7º** e **Art. 227** Todos esses artigos da legislação brasileira, asseguram e ilustram o direito à alimentação a toda a população brasileira, e que ela aconteça de forma digna, justa, a fim de garantir alimentação de qualidade a todas e todos brasileiros e brasileiras. E que cabe a família, a sociedade e ao Estado, com absoluta prioridade garantir que esses direitos sejam efetivados, de forma que não sejam tratados com descaso, indiferença, ou qualquer tipo de abandono.

Apesar a legislação assegurar o direito à alimentação, ela não propõe caminhos para que esses direitos sejam assegurados. Afinal quem são os/as sujeitos/as que possuem esse direito? Lugones (2012) aponta a quem eram tidos como sujeitos não-humanos, a eles eram negados os direitos enquanto seres humanos, cabendo-lhes apenas a sua subordinação enquanto força de trabalho para a manutenção do capitalismo moderno. Onde a colonialidade do poder entende somente os colonizadores como seres da razão. Modelo que se desenvolveu na conquista da colônia e persiste até hoje.

Dessa forma, muito embora a legislação brasileira abarque a alimentação como um direito fundamental da população, independentemente de qualquer substrato, a prática nem sempre é essa. Podemos começar observando pela ótica financeira, pensando sobre a aquisição de alimentos num país continental como o Brasil, a divergência salarial na renda *per*

*capita* do país apresentada pelo IBGE (2020). Tendo como base o salário-mínimo do ano de 2019 o valor de 998,00 reais, os dados mostraram que a média se encontrava no valor de 1.406 reais sobre o rendimento médio familiar, porém quando analisados por região essa média não representa a realidade, pois famílias que vivem no norte e nordeste sobrevivem com R\$ 872 e R\$ 884 respectivamente, enquanto os domiciliados no sul e sudeste sobrevivem com R\$1.701 e R\$1.720 reais respectivamente. Ou seja, essa diferença salarial acontece de forma regionalizada.

Os dados do IBGE (2020) apontam que 13.689 milhões de brasileiros vivem na extrema pobreza, vivendo com menos de US\$1,90 por dia e ainda 51.742 milhões estão na linha da pobreza com menos de US\$5,50 por dia. Tendo como base a Linha do Banco Mundial, que utiliza como forma de mensuração o PPC – Poder de Paridade de Compra. No mesmo estudo o IBGE (2020, p.33) mostrou que “em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda, e os homens, 29,6% mais que as mulheres.”. Além de apresentar que a população preta e parda estava inserida em serviços informais comparadas a pessoas brancas, e as mulheres representam maioria quando a questão é desocupação por longo período. No mais, o rendimento *per capita* da população negra e parda é cerca da metade da população branca. Segundo o censo (2010) mostrou que 2.342.003 famílias de um total de 4.381.256, ou seja, mais de 50% tinham como composição familiar, mulher sem cônjuge com filhos.

Essa questão, no entanto, está ligada a colonialidade, onde a invenção de raça, “reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas pela dominação”, (LUGONES, 2008, p.79). Onde a divisão sexual do trabalho é também racializada e geográfica, que determina lugares na sociedade. Além disso, no que diz respeito a divisão de gênero/moderna, entende o homem/branco/heterossexual/cisgênero, o único ser detido de humanidade, o único com poder racional e aqueles que não o são, podem ser subordinados, e dominados e explorados até a morte e como “a internalização que constitui o racismo desumaniza os seres percebidos como bestas pelo tratamento na produção econômica, na produção do conhecimento, na imposição sexual, na determinação de destruir seus modos de vida, no sentido de si mesmos.” (LUGONES, 2012, n.p).

Ainda se analisados os dados do censo de 2010 (mesmo que defasados pelo tempo) mostravam mais de 50% das famílias brasileiras é formada por mulheres com filhos e sem cônjuge, e que a mulheres ganham menos que homens, e ainda fazem parte do maior grupo que tem desocupação por longo período (desempregadas), e que pessoas brancas ganham o dobro do que as pessoas negras e pardas. Com essas informações, não é difícil pensar quem

faz parte do grupo da linha da extrema pobreza e pobreza no país. Sem renda é praticamente impossível ter acesso a alimentação por mais básica que ela seja, e a situação se agrava quando pensamos em segurança alimentar e nutrição. Os dados reafirmam exatamente essa reflexão quando abrange sobre rendimentos, nesse sentido o estudo traz que “No cruzamento das informações sobre sexo e cor ou raça das pessoas, foram as mulheres de cor ou raça preta ou parda que se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres” (IBGE, 2020, p. 67).

Lugones (2012), aponta como o processo de colonização só entendia como mulher, a branca, ainda que subalterna, porém a única capaz de dar continuidade na hegemonia de raça. Onde, “as outras” mulheres não eram entendidas nem na perspectiva de gênero nem de raça, eram tidas como invisíveis. Assim, interseccionalidade é a única maneira de perceber as mulheres não brancas, onde raça, classe, gênero e sexualidade se cruzam, para entender essas relações constitutivas de dominação globais, impostas pela colonialidade de gênero/moderno. Dessa forma, a colonialidade, que persiste e molda a sociedade até hoje, entende os seres racializados/as- não humanos, “como inferiores, podem ser usados com razão de qualquer forma concebida pelo homem: podem ser usados como carne para cães, podem ser colocados para trabalhar até morrerem na mita, podem ser estuprados, destruídos por cavalos ou armas” (LUGONES, 2012, n.p)

Em um país onde existem pessoas vivendo com menos de US\$1,90 por dia, como pensar o direito à alimentação, quando a média de uma cesta básica no Brasil variava entre R\$401,37 e R\$556,25 em março de 2020, no levantamento feito nas capitais pela DIEESE (2020). O apontamento desses dados, mostra o contraste que é encontrado em um mesmo país, onde as pessoas são regidas pela mesma legislação, (teoricamente) possuem os mesmos direitos e deveres, mas sobrevivem de formas bem distintas, isso só revela o quão é impraticável discutir direito à alimentação sem discutir de forma interseccional, gêneros, raças e classes.

Nesse sentido diversas organizações vêm se articulando, no combate a fome no país, para que mais pessoas tenham acesso a alimentação de forma digna. Organizações como a coalização negra, que luta contra o racismo, desigualdade de gênero, contra preconceito sobre a população LGBTQIA+, tem sido resistência na busca por direitos e enfrentamento a estruturas de opressão. E a articulações dos povos indígenas, que busca uma união entre os povos indígenas do brasil, a fim de fortalecer, unificar e mobilizar os povos indígenas, e se colocam como resistência na preservação de direitos dos povos indígenas. (COALIZÃO NEGRA; APIB).

De todo modo, não é somente a falta de recursos ou alimentos disponíveis que geram a fome, é preciso falar sobre segurança alimentar, mais do que garantir acesso a alimentação é preciso garantir o acesso a alimentação de forma segura. Nesse sentido a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) surgiu em 1999, com o “o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira” (BRASIL, 2013, p. 07), que alerta sobre como se diferenciam os hábitos alimentares, conforme a renda, idade, e local de moradia.

No entanto, os avanços são desiguais. Ainda persistem altas prevalências de desnutrição crônica em grupos vulneráveis da população, como entre as crianças indígenas (26%), quilombolas (16%), residentes na região norte do país (15%) e aquelas pertencentes às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda (15%), afetando principalmente crianças e mulheres que vivem em bolsões de pobreza BRASIL (2013, p. 17).

Dessa forma foi elaborado o guia alimentar para a população brasileira, pelo Ministério da Saúde, a fim de “contribuir para o desenvolvimento de estratégias para a promoção e a realização do direito humano à alimentação adequada.” (BRASIL, 2014, p. 6). Ele é orientado por cinco princípios sendo eles: Alimentação é mais do que nutrientes; recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo; alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável; diferentes saberes geram conhecimento para a formulação de guias alimentares e guias alimentares ampliam a autonomias nas escolhas alimentares (BRASIL, 2014). Apontando assim, qual caminho para vencer a Insegurança Alimentar do país.

Entretanto, como falar em fome e Insegurança Alimentar em um país que é considerado um dos maiores produtores de alimentos do mundo? Segundo Guaraldo (2021) o Brasil é responsável por parte significativa da produção de alimentos em vários setores da agricultura, como aponta o estudo da EMBRAPA. Porém se analisado o que está sendo produzido e exportado, o país está entre os primeiros produtores, de soja e milho, produtos que são carro chefe do agronegócio, apenas *commodities*.

Lugones (2012) apresenta como até a natureza foi tida como um instrumento de domínio dos seres donos da razão (colonizadores). Esses que a entendem como instrumento de para acúmulo de riquezas somente, assim introduzindo o modelo colonialista moderno de produção, onde se tem na monocultura um modelo de desenvolvimento e modernidade. Da mesma forma que Walsh (2008), percebe que a natureza se tornou produto na sociedade moderna capitalista, ignorando as crenças, e rituais de povos nativos acabando com as bases de vida que entendem a natureza como mãe de todos os seres.

Em um país, que enfrenta a maior pandemia do século, somam-se 11 novos bilionários, onde somente o agronegócio nos anos de 2020 exportou o valor de US\$ 100,81 bilhões, um valor histórico. Em contraponto, 116 milhões de brasileiros/as sofreram com Insegurança Alimentar.<sup>1</sup> Assim a fome, ultrapassa a necessidade básica, e se transforma em **FOME DE JUSTIÇA**, aonde coletivos e organizações se unem num propósito de erradicar a fome, na luta por equidade e justiça.

#### 2.4 “PELOS CAMPOS HÁ FOME EM GRANDES PLANTAÇÕES”

De forma semelhante ao subtítulo anterior, o nome vem de um trecho música de Geraldo Vandré - que foi exilado - e a música que foi símbolo de resistência “Pra não dizer que não falei das flores”, foi proibida de ser executada no Brasil durante a ditadura Militar. Além de chamar o povo para as ruas a música retratava segundo Vasconcelos et al. (2015, p. 726) “a miséria e a fome da população rural brasileira em detrimento da abundância e riqueza da agricultura para exportação. A concentração da terra e renda nas mãos de uma minoria de latifundiários, enquanto a maioria da população rural vivia em precárias condições de vida”. Qual é o cenário atual na agricultura depois de 60 anos, desde que a música foi escrita é o que busco entender nesse tópico.

Para entender o cenário atual, é preciso lembrar um pouco de história. Assim que o Brasil foi invadido, pelos colonos Portugueses, suas terras passaram a ser domínio da coroa portuguesa, que estabeleceu as capitânicas hereditárias. Conforme aponta Diniz (2005), essas que era distribuídas a pessoas da pequena nobreza ligadas a corte, posteriormente os donos das capitânicas, a dividiram em sesmarias, pois tinham direito apenas a 20% dessas capitânicas, o restante, (80%) deveriam ser divididas em sesmarias.

As sesmarias era um regime praticado em Portugal que teve origem na época medieval que consistia em doação por parte do governo lusitano de terras sem cultivo a pessoas que se comprometiam em produzir e devolvê-las ao fim de um período pré-estabelecido. A terra

---

<sup>1</sup> Duarte, Maria Regina Paiva. **Os novos bilionários e o naufrágio na miséria**. Rio Grande do Sul. 09 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/09/artigo-os-novos-bilionarios-e-o-naufragio-na-miseria>>. Acesso em: 06 junho de 2021.

continuava sendo de posse da coroa portuguesa, aos donatários só caberia o usufruir das propriedades, e para deter a essas terras, necessariamente deveriam ser católicos, já que a igreja católica possuía poder político junto a coroa. (DINIZ, 2005)

A lei previa que as terras deveriam ser cultivadas, dessa forma o sesmeiro (detentor das sesmarias) arrendava partes da terra a pequenos lavradores, que cultivavam a terra. Porém essa prática era ilegal, visto que, esses lavradores pagavam por uma terra que havia sido doada pela coroa aos sesmeiros, que não previa a venda ou aluguel dessas terras. Assim sendo, houve a necessidade de regulamentação dessas terras, a fim de resolver o conflito entre os sesmeiros, coroa e lavradores. Em 1822, suspendeu-se as sesmarias, que acabou beneficiando esses posseiros (lavradores), porém não acabou com a figura dos grandes proprietários de terras. (DINIZ, 2005).

Segundo Cavalcante (2005), apesar dessa resolução instituída por D. Pedro, o problema das terras não se resolvera, pois aumentava o número de posseiros, mesmo com a proibição de novas concessões. Nesse sentido Almeida (2015) relata sobre como o deputado José Bonifácio, propunha que as terras que pertenciam as sesmarias, voltassem a posse do governo caso não fossem cultivadas, seu projeto beneficiaria também grupos menos favorecidos como europeus pobres, possíveis migrantes, os indígenas, mulatos e negros forros, porém esse projeto nunca saiu do papel.

Conforme Cavalcante (2005), o padre Diogo Feijó, propunha um projeto para diminuir a concentração fundiária e garantir o direito à propriedade dos posseiros, baseado na unidade familiar e estimulava a imigração, defendia o cultivo da terra com prazo determinado. Porém o projeto não obteve êxito. Somente em 1842 foram feitas reformulações dos critérios para obtenção de terras no Brasil, regularizando a questão das sesmarias e a política de colonização.

A Lei de Terras no Brasil coincide com a data da Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico de escravizados em todo território brasileiro. Porém o escravismo no Brasil ainda persistia de forma interprovincial, pois enquanto as lavouras do norte do país encerravam seu ciclo, na região sul emergia. O fim do tráfico, exigia investimentos em outras áreas, para o colonizador era necessário encontrar outra fonte de renda, pois o escravismo estava terminando, assim a terra assumiria esse lugar. (CAVALCANTE, 2005)

Com a promulgação da Lei de terras, houve subsídio para que colonos pudessem adquirir lotes de terras, após trabalhar algum tempo para os proprietários de terras, com as suas poupanças do seu trabalho remunerado, o que incentivava a vinda maciça de colonos. No entanto desprezava-se “o trabalhador nativo livre como força de trabalho assalariada.”



Gadelha (1989, p.161). Com isso os objetivos dos proprietários de terras só seria alcançando, se o acesso à terra para ex-escravizados e nativos fosse negado, pois com a abolição escravista aumentaram os custos de exploração.

Gadelha (1989) explica que na mudança do regime escravista para o trabalho assalariado se funde a questão do acúmulo de capital, onde a terra deixa de ser um recurso natural, para se tornar mercadoria. Movidos por interesses da classe rural – latifundiários – a legislação foi moldada para preservar seus interesses e lhes garantir a posse das terras. Porém o projeto só foi votado próximo da lei que abolia tráfico de escravizados, pois “a classe rural abastada enfatizava a necessidade de impedir a posse gratuita das terras aos menos favorecidos” Gadelha (1989, p. 160). Por fim, segundo Cavalcante (2005), a Lei de Terras só garantiu aos latifundiários, a posse das terras.

Moura (1993), apresenta como mesmo com a Lei Eusébio de Queirós, não acabou com o tráfico escravista, que ainda ocorria de forma ilegal, e além de forma interprovincial. Discorre sobre como os quilombos era frente de resistência a casa grande. Neles os modos de produções agrícolas se diferenciavam das produções que ocorriam nas fazendas escravistas, “os quilombos praticavam uma economia de policultura, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer a necessidade de todos os seus membros” (MOURA, 1993, p. 34).

Dessa forma, a produção que era praticada promovia o bem-estar a todos que ali estavam, diferente da produção de monoculturas latifundiário-escravista, que era voltada para atender as demandas do mercado externo, enquanto a população passava por privações. Cada quilombo, detinha suas maneiras de se organizar conforme a regionalidade (MOURA, 1993). A respeito de quilombo como o de Palmares, Moura (1993), exprime seu sistema de produtivo de coletas, e caça e pesca, além do sistema artesanal. No mais explicita como os conhecimentos eram passados através da tradição oral. Além disso, não havia uso individual das terras, mas sim a ideia de propriedade coletiva (MOURA, 1993).

O modelo de monocultura se estendeu por muitos anos no Brasil. E se acentuou com a chamada “revolução verde” que foi introduzida no Brasil na ditadura militar entre os anos 1960 e 1970. Essa que surgiu como forma de “com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos” Lazzari e Souza (2007, p. 4).

No entanto, esse modelo “desenvolvimentista” só aumentou as exportações, e a diminuiu a produção de alimentos básicos para população, aumentando a concentração fundiária e a dependência de sementes, além da mecanização no campo, o alto consumo de

agrotóxicos e fertilizantes químicos, a modificação genética das plantas. (LAZZARI E SOUZA, 2007). Tudo isso com incentivo governamental, conforme Octaviano apresenta:

Na época em que foi introduzida, foram criadas políticas públicas para adoção do novo modelo por parte dos agricultores. Entre elas, pode-se citar o crédito subsidiado atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo também é considerada como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor de sementes. (OCTAVIANO, 2010, n.p).

No mais, segundo Lazzari e Souza (2007) causou o êxodo rural e devastação ambiental. Nesse sentido, o pequeno produtor viu-se sufocado por grandes latifúndios, onde grandes empresas públicas e privadas, detém sementes geneticamente modificadas, ignorando os saberes e práticas tradicionais. As quais a diversidade e policultura é deixada de lado, e a pobreza e o desemprego são tidos como normais para a agricultura capitalista.

Se observado o contexto, em momento algum fala-se sobre as mulheres terem acesso a terras, pois nem direito de propriedade elas tinham até 1962, quando foi instaurado no código civil brasileiro. Conforme discute Lugones (2014), a colonização trouxe sua distinção dicotômica nos diversos aspectos, social, econômico, político, impondo de forma brutal e violento, seu modo produção, de saberes, linguístico, estético, práticas, instituições, formas de governar e organizar, com a terra, com os cosmos ou outras formas de espiritualidade. Onde somente o homem branco, era o ser racional capaz de decidir sobre a vida pública e governo, e a mulher branca - a única entendida como mulher - a passividade, somente como forma de reprodução da raça branca e os cuidados domésticos.

A colonização, trouxe como transformação civilizatória o controle das memórias, de modo colonizando também a “sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (LUGONES, 2014, p. 938), resultando num colonialidade subjetiva e intersubjetiva que compõe a normatividade capitalista, moderna colonial.

De fato, até os dias atuais, o trabalho feminino agrário é subestimado, conforme Paulilo (2013), as estatísticas apontam que a força de trabalho feminina no campo varia de 20% a 50% em países em desenvolvimento, porém na realidade podem variar entre 60% e 80%. Isso acontece, pois o trabalho feminino é visto como uma “ajuda”, e não como um trabalho que deva ser dignamente remunerado, como é visto pelos patrões e até mesmo pelas próprias mulheres. Porém essa é uma realidade que segundo Paulilo, (2013, p. 237) pode ser

mudada, pois “se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, poderiam aumentar o rendimento de suas explorações agrícolas em cerca de 20% a 30%, [...] e com isso, reduzir o número de famintos entre 12% e 17% em todo o mundo.” E quando se fala em fome, no meio rural, ela se apresenta em maior grau conforme apresenta Trivelatto et al. (2013). Assim também:

As desigualdades regionais, historicamente conhecidas e insuficientemente combatidas, estão presentes nas restrições à capacidade de acesso das famílias aos alimentos, acentuadas pela maior prevalência da IAN grave nos domicílios rurais onde também ocorrem, com maior frequência, a baixa renda, baixa escolaridade, maior insegurança hídrica e o menor acesso às políticas públicas. (VIGISAN, 2021 p. 53).

A IAN no meio rural tem-se mostrado mais prevalente em relação ao urbano, como demonstrado pela PNAD<sup>2</sup>. Esses resultados podem ser atribuídos às maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento das políticas públicas de saúde e saneamento no meio rural. O processo de modernização da agricultura no Brasil, excludente a muitos produtores rurais, também contribui, uma vez que amplia a vulnerabilidade socioambiental dessa população (TRIVELATTO ET AL. 2019, p. 872)

Com isso as mulheres rurais vêm se organizando na luta pela seguridade de direitos, que vem de longínquos passos. Segundo Lorenzoni et. al (2020), nos anos 1980 começam os primeiros movimentos na luta contra a invisibilidade e anonimato das mulheres, contra a opressão e violência que só poderiam ser superadas com luta política e organização. O ano de 1982 marca a primeira luta pela participação sindical, pela saúde e direito das mulheres e contra a grilagem de terras.

Desde então a luta das mulheres rurais, busca por seguridade de direitos, como em 1995 pela documentação pessoal das trabalhadoras rurais, 1997 pela previdência rural feminina, em 1988 pelo acesso à educação e os anos 2000 são marcados pela soberania alimentar, luta contra os transgênicos e contra as políticas imperialistas que colocam em risco a segurança alimentar. (LORENZONI ET. AL 2020)

Apesar desse modo de produção hegemônico ter sua base colonial, que resulta no entendimento da produção de alimentos como produção de commodities, esses movimentos no campo têm outra concepção de organização e de produção de alimentos. Como o MST<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

<sup>3</sup>Apresentação. **MST** - Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra, 2021. Disponível em <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

que está em 24 estados e conta com 350 famílias, que se organizam e lutam para garantir os direitos básicos, pois os assentamentos possuem poucas benfeitorias e infraestruturas, e possui uma estrutura participativa e democrática. E a Via Campesina<sup>4</sup>, que é uma organização camponesa internacional que reúne mais de 200 milhões de agricultores em 81 países. Atua na promoção da soberania alimentar, promovendo justiça social e a dignidade.

Entender a luta das mulheres, que lutam pelo acesso alimentação e segurança alimentar, equidade de gênero, no combate ao racismo e a diferenças de classes, é entender outras formas de organizar, para além do modelo capitalista e patriarcal, que oprime, explora e violenta, de forma conservadora e intolerante toda e qualquer outra forma de existência e humanização.

Dessa forma busco apresentar a mulher que é inspiração de luta para as mulheres brasileiras, camponesas, que vem se articulando na luta contra o machismo e os modelos patriarcais de produção e a violência no campo. Outras lutas se configuram no acesso a alimentação de qualidade e direito a terra, conforme apresento na próxima seção.

### 3.2 QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER...

“... ainda fazem da flor, seu mais forte refrão; e acreditam nas flores vencendo canhão.” - Geraldo Vandré

Não poderia começar de outra maneira senão, intitulado essa seção, como na anterior, com o trecho da música do Geraldo Vandré, para descrever sobre as organizações que não tem esperado acontecer, esses grupos se organizam pelo Brasil, em diversas titulações, inclusive que levam nome de flor, tornando-a seu mais forte refrão.

Ao pensar sobre direito à alimentação e agricultura, qual seria o meio para que ambas pudessem ser direcionadas no mesmo intuito? Pensar em outros modos de organizar o produzir alimentos para que o direito à alimentação seja garantido no Brasil, é pauta de diversas organizações que vem se articulando, em prol da promoção da produção contra

---

<sup>4</sup> A voz internacional dos camponeses. Globalizando a esperança, globalizando a luta. **Via Campesina**, 2021. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

hegemônica. Mesmo com a luta, para que os direitos sejam efetivados nem sempre encontram soluções de forma harmoniosa, a violência se apresenta como sempre brutal, ceifando vidas por onde passa.

Trinta anos separam dois acontecimentos marcantes na luta dos trabalhadores rurais. Eldorados dos Carajás – PA em 1996 e Quedas do Iguaçu – PR 2016, sendo uma cidade situada no Norte e outra no Sul do Brasil, muito embora distantes em quilometragem, tem na sua história um marco com a derramada de sangue, de trabalhadores rurais, que lutavam pela terra.

O Acontecimento datado de 17 de abril de 1996, na cidade de Eldorado dos Carajás, Segundo Barbosa (2020), 21 camponeses foram mortos pela polícia. Sendo 19 no local e 2 no hospital, além disso 79 pessoas foram feridas. Os trabalhadores foram mortos com suas ferramentas de trabalho, como foices e facões, além de tiros de balas, com claro sinais de execução, pois os tiros acertaram a nuca e cabeça, numa média de 4 tiros por pessoa. Uma pessoa teve a cabeça esmagada.

O massacre ocorrido em 17 abril, apresenta como o latifúndio se mostra com seu poder e força. Segundo Barbosa (2020), conforme apresenta em entrevista o professor e assentado do MST, “O sistema naquele momento aqui na região dominado pelos ideais dos reis do latifúndio juntamente com um grupo da sociedade que englobava comerciantes, empresas, por exemplo, a Vale estavam furiosos com a expansão e a territorialização do MST”. Na época o movimento contava com 3,5 mil famílias assentadas na região, era uma ameaça para os fazendeiros da região.

A fazenda Macaxeira, era o motivo das famílias marcharem para Belém afim de conseguirem a desapropriação dela. Cerca de 1,5 mil pessoas estavam acampadas em Eldorado dos Carajás, quando ocorreu o massacre. Por fim a fazenda foi desapropriada, e se tornou assentamento. Além disso o dia 17 de abril se tornou o dia mundial pela terra.

De forma semelhante, o acontecimento ocorrido em 07 de abril de 2016, em Quedas do Iguaçu, conforme apresenta Giovanaz (2017), onde dois trabalhadores do MST, foram mortos, e outras sete pessoas ficaram feridas. Além disso 4 pessoas foram presas. A polícia assumiu ter feito 128 disparos, e alegou ser um confronto, mas nenhum policial foi ferido. Nesse sentido, Giovanaz (2018), expõe que nenhum policial foi punido pelo crime, e o Ministério Público sugeriu o arquivamento do caso.

Os trabalhadores que foram mortos em uma estrada de terra, fazem parte de um acampamento que está ligada a um conflito de terra com a empresa Araupel, Conforme Giovanaz (2018), mil famílias ocupavam uma terra que pertence a União. A disputa de terras

estaria ligada a morte dos integrantes do MST. Ainda, Giovanaz (2017), observa que no estado do PR em vinte e quatro anos, entre 1993 e 2006, 17 sem terra foram mortos, apresentando uma média de um assassinato a cada um ano e meio

Segundo Ramos (2020), durante a pandemia, a empresa que disputa a terra com o MST, e fatura cerca de 70 milhões de dólares doou um ventilador pulmonar, para o Hospital Cristo Rei da cidade de Quedas do Iguaçu. Enquanto isso, as cinco mil famílias de camponeses que vivem na região central, norte e sudoeste doaram 80 toneladas de alimentos, no dia 25 de julho, comemorado o Dia Internacional do Agricultor e da Agricultura Familiar. O volume de doações somou-se as 17 toneladas de alimentos que foram doadas em meses anteriores pelo MST, que fez parte do movimento nacional que doou 3 mil toneladas de alimentos sem agrotóxico.

Ambas as histórias, retratam parte da luta dos trabalhadores rurais encontram no dia a dia, mesmo com o passar dos anos, a violência ainda continua sendo a resposta encontrada para tentar conter a luta pela terra. Além desses episódios marcados pelo ódio e violência, outras organizações vêm se articulando, na luta pela terra, contra a violência no campo, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, por produções contra hegemônicas, contra o machismo, como os Sindicatos Rurais, a Via campesina, a CONTAG, o MMC e outros movimentos que acontecem por todo o país.

Entre essas organizações está a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) uma organização com mais de 50 anos, e reúne outros movimentos, e luta pelos direitos de homens e mulheres do campo e da floresta e das águas, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos entre outras/os. CONTAG (2022).

A UNICAFESA (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) é uma Organização Não Governamental, que atua em todo território nacional e possui mais 700 cooperativas espalhadas em todas as regiões. A ONG, foi fundada em 2005 na cidade de Luziânia em Goiás, e a sua sede se encontra em Brasília no DF. Os integrantes dessa ONG, são intitulados cooperados/as, que buscam meios para ampliação de iniciativas econômicas, que gerem renda e trabalho, produção de alimentos e preservação da biodiversidade, diminuição de desigualdades e melhoria na qualidade de vida, de forma inclusiva onde o cooperativismo é a chave para o desenvolvimento econômico e solidário, promovendo a equidade de raça e etnia, gênero e geração. UNICAFESA (2022).

O MMTR-NE (Movimento Da Trabalhadora Rural Do Nordeste) é um movimento social que surgiu na década de 80, através da interação de mulheres, trabalhadoras rurais, de Pernambuco e Paraíba. Tem como objetivo a capacitação da mulher trabalhadora rural, a fim de proporcionar sua maior autonomia, valorizando o conhecimento dessas mulheres, modo de ser, suas crenças e valores. LAND PORTAL FOUNDATION (2022).

A ASA BRASIL (Articulação Semiárido Brasileiro), é uma rede que surgiu na década de noventa e atualmente conta com mais de três mil organizações da sociedade civil que tem como objetivo defender o direito dos povos e comunidades da região do semiárido brasileiro, promovendo um desenvolvimento sustentável. Suas ações são pautadas na cultura de estocagem de água, alimentos, sementes e animais. A Articulação tem como preceito, valores pautados no combate a insegurança alimentar, agroecologia, economia popular e sustentável entre outras. ASA BRASIL (2022).

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), é uma organização, que surgiu no início dos anos 90, que buscar dar visibilidade as mulheres quebradeiras de coco da região do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. O objetivo dele, é fazer com que essas mulheres tenham seus direitos garantidos, promovendo autonomia política e econômica, respeitando território e meio ambiente. MIQCB (2022).

A VIA CAMPESINA, é um movimento social presente em 81 países, e conta com cerca de 182 organizações, além disso fazem parte do movimento mais de 200.000.000 camponeses. O movimento se identifica como a voz do camponês internacional, suas lutas estão pautadas em soberania alimentar, justiça climática e ambiental, solidariedade internacional, agroecologia e semente camponesas, direito dos camponeses, terra, água e territórios, dignidade para migrantes e trabalhadores assalariados. VIA CAMPESINA (2022).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) é um movimento social brasileiro, que está presente em todas as regiões do país, que luta pela reforma agrária. Cerca de 450 mil famílias conquistaram o direito a terra a través do movimento. Mesmo após estarem assentadas as famílias permanecem no MST, pois existem outras lutas pra serem conquistadas, pois as fazendas não possuem infraestrutura básica para atender a necessidade das famílias. MST (2022).

O MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), representa a diversidade brasileira, pois é constituído de mulheres de diversas ascendências, e tem como pauta “a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora.” (MMC, 2021, online). O movimento atua há mais de 20 anos e está presente em 18 estados.

O MMC, luta pela libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão, lutando por uma sociedade que tenha harmonia entre ser humano e natureza. Elas se organizam através de agrupamentos conforme a localidade, iniciando com os grupos de bases, as direções municipais, direções regionais, direções estaduais, coordenação nacional, e direção executiva. (MMC, 2021, online).

Por fim, como na música do Geraldo Vandré, que “fazem da flor, seu mais forte refrão”, as mulheres da Marcha das Margaridas, se apresentam como sendo a maior organização de mulheres. Inspiradas na luta de Margarida Maria Alves, a Marcha das Margaridas, lutam por diversas pautas, inspiradas na contemporaneidade, e necessidade das mulheres rurais brasileiras, trazendo debates importantes como a luta “contra a exploração, a dominação e todas as formas de violência e em favor de igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres.” (MARCHA DAS MARGARIDAS, p.4, 2019).

O Movimento surgiu no ano 2000, é a maior organização de mulheres da América Latina segundo Marcha das Margaridas (2019) o movimento recebeu esse nome, em homenagem a Margarida Maria Alves, liderança Paraibana, que lutou pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, e foi assassinada em 12 de agosto de 1983. O dia de seu assassinato, 12 de agosto, é conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

As mulheres da Marcha das Margaridas a definem como “Ampla ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena.” (MARCHA DAS MARGARIDAS, p.4, 2019). A marcha é coordenada pela CONTAG, e é construída em conjunto com outros movimentos, como feministas, centrais sindicais e organizações internacionais.

Quando surgiu o movimento as mulheres se identificavam somente como trabalhadoras rurais, em 2007 passaram a se intitular mulheres dos campos e das florestas, e em 2015 acrescentou das águas, representando a diversidade brasileira, das ocupações das mulheres rurais, como agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades. (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

A publicação da Marcha das Margaridas (2019), traz a história do movimento, que tem como inspiração a luta de Margarida Maria Alves, mulher, nordestina, trabalhadora rural, e que foi presidente por 12 anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Construiu uma trajetória de luta pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de



incentivar a busca pelos seus direitos na justiça. Mesmo sendo perseguida por latifundiários a patrões da região, também lutou contra injustiças sociais e analfabetismo. Seu nome se tornou símbolo da luta, após ter sido assassinada, em 12 de agosto de 1983, por latifundiários na porta de sua casa, por isso a marcha leva seu nome, que a cada 4 anos, as margaridas de todo o Brasil, vão até Brasília, pedir por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade.

O intuito dessa seção não é esgotar o assunto das organizações e movimentos rurais do Brasil, até mesmo porque eles são apresentados de forma breve, mas sim ilustrar que a luta existe em diversas formas, com mesmo ideal de justiça, equidade, e o combate à violência no mundo rural. Na próxima seção descrevo minha trajetória metodológica. Apresento os caminhos trilhados, intempéries e as escolhas que fiz para elaboração deste trabalho.

#### **4. SEGUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA**

A escolha dos procedimentos metodológicos, nem sempre são escolhas fáceis. É preciso pensar em cada detalhe, conciliando o saber científico e a entrada em campo. Nesse capítulo, descrevo a trajetória metodológica que adotei nesse estudo, retomando o objeto de pesquisa, descrevendo o tipo de estudo realizado, além de apresentar a sujeita de pesquisa, e como analisei os resultados encontrados durante o percurso.

Dulci e Malheiros (2021) apontam como os estudos com caráter decolonial tem contribuído no rompimento epistêmico moderno. No entanto, apontam as dificuldades em traçar um percurso metodológico que não segue a mesma lógica colonial. Nesse sentido as autoras debatem caminhos, que possam ser percorridos entre pesquisador/a e sujeito/a, e apontam que o objeto da pesquisa não parte de uma construção única do saber do pesquisador/a, mas de um conhecimento coletivo, onde o interesse deve ser mútuo entre campo pesquisado e cientista. As autoras sugerem o uso de ferramentas que emergem do Buen Vivir: como a "interculturalidade" e os "bens relacionais".

Dessa forma, Dulci e Malheiros (2021) trazem questionamentos, que enquanto pesquisadora considero pertinente a essa pesquisa, no que tange, a ruptura com métodos “coloniais” do saber científico. Compartilho do pressuposto da não neutralidade da pesquisa, e percebo também os três problemas encontrados pelas autoras, sendo em primeiro lugar

geográfico enquanto pesquisadora branca, com acesso à educação superior, em nível de pós-graduação, em uma universidade estadual no sul do Brasil, embora não esteja no centro do conhecimento mundial, ocupo um lugar de privilégio.

Em segundo, o meu lugar político, muito embora eu seja oriunda de uma cidade, que tem como principal econômica a agricultura, meus pais e meus avós tenham sido moradores/trabalhadores rurais, de fato eu não morei e nem trabalhei no campo. Por mais que eu tenha estado em contato direto com essa realidade, através das histórias contadas, e a vivência na infância nas visitas ao sítio, eu não compartilho da mesma experiência de trabalhadora rural e nem da mesma troca com a natureza.

Em terceiro, o risco da avaliação acadêmica. As autoras, Dulci e Malheiros (2021), traçam como caminho a "interculturalidade" e os "bens relacionais", que são metodologias que buscam compreender o campo através de uma linguagem abstrata, (como a proposta de corazonar de Arias (2010), que propõe uma linguagem de "amor"). As autoras discorrem sobre como esse tipo de metodologia pode ser malvista, por não se apresentar dentro do que é tido como rigor científico.

Dessa forma as escolhas metodológicas, aqui apresentadas, podem não ser seguir o proposto por Dulci e Malheiros (2021), e o caminho proposto pode ser considerado "colonizador do saber", ou até mesmo contraditório por serem metodologias consideradas hierarquizadas ou extrativistas, tendo em vista, uma base teórica feminista decolonial, e um percurso metodológico proposto por autores do tido "centro do conhecimento".

No decorrer da pesquisa enfrentei uma questão diversa, que envolvem lugar no tempo e no espaço. Passamos por uma pandemia global, gerada pelo coronavírus, causador da SARS-CoV-2 – doença essa, que levou a óbito mais de 600 mil brasileiros entre 2020 e 2021 - nos restringindo a circulação e contato direto com pessoas, impactando diretamente a pesquisa, e as escolhas metodológicas que exigem contato físico e emocional direto. Tornando-se limitadas, as escolhas, diante esse contexto. No entanto essa é uma tentativa de tornar a pesquisa viável dentro do cenário deste trabalho.

Ao pensar sobre a metodologia, retomo a discussão proposta por Santos (2009), o qual reflete sobre o pensamento abissal, a respeito de quem está do "outro lado" da linha, onde o pensamento ocidental moderno determina a verdade e a não verdade, o qual outros tipos de saberes são ignorados e acabem se tornando apenas como objeto de estudo.

Nesse sentido Lugones (2014) discorre como a colonização marcou como certo e errado, verdade e mito, modos de ser, produzir e reproduzir através da dominação imposta sobre a América Latina, onde a "perfeição branca masculina", se tornou modelo único,

dominando e destruindo tudo aquilo que não era considerado seu semelhante. Nessa perspectiva a escolha do feminismo decolonial, para entender e explicar o campo de pesquisa, surge como caminho onde os saberes e seres são respeitados, entendendo a sua essência e diversidade nos modos de poder, ser, saber e gênero.

A pesquisa possui um caráter qualitativo, pois segundo Chizzoti (2003, p. 221) “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” que é traduzido pelo pesquisador ou pesquisadora em texto. Ainda sobre a pesquisa descritiva, conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17) a pesquisa qualitativa “envolve o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos [...] que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” Por tanto busco, nesse estudo, além de uma troca, entre pesquisadora e campo estudado, desvelar aquilo não se apresenta de uma forma explícita, mas de uma forma intrínseca que requer um cuidado em sua análise.

Além disso, esse estudo apresenta características descritivas conforme apresenta Triviños (1987, p. 110) afirma que “o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...]. Pretende descrever “com exatidão” os fatos e os fenômenos de determinadas realidades”. Logo, na investigação desse trabalho, pretendi aprofundar meus conhecimentos, sobre as formas de existir de Margarida entendendo seu contexto, formas de ver o mundo, e histórias, que me permitiram descrever os fenômenos apresentados em sua realidade.

Holder (2005) explicita sobre a diferença entre documento e registros e afirma a importância desse tipo de texto para a pesquisa qualitativa, pois esse tipo de material é de fácil acesso e usualmente possuem baixo custo, porém sua importância se dá em oferecer informações distintas daquelas faladas, pois elas carregam em si a historicidade por perdurarem, além disso “a escrita de palavras muitas vezes permite que a linguagem e os significados sejam controlados de forma mais eficaz e sejam vinculados a estratégias de centralização e codificação” Holder (2005, p. 115). O que se faz importante nessa pesquisa, pois somente através da historicidade, foi possível acessar a luta de Margarida.

Dulci e Malheiros (2021), propõe em pesquisas decoloniais, é que se pensem em metodologias que busquem não só atender os objetivos do pesquisador/a, mas também do grupo pesquisado, e o “que justifica as pesquisas não é a possibilidade de encontrar respostas, mas a possibilidade de "interculturalidade" na relação entre pesquisador(a) e pesquisado(a).” (DULCI E MALHEIROS, 2021, p. 185). Além disso, as autoras enfatizam a questão da não

neutralidade do pesquisador, onde o olhar sobre o outro não seja uma única verdade. Nesse sentido pensar em uma metodologia que não reduza o outro, em simples objeto de pesquisa se torna um grande desafio, a partir das metodologias eurocentradas.

Para alcançar objetivos propostos, a fim de me situar sobre Margarida, busquei conhecê-la através das suas pautas, fotos, vídeos, documentários, reportagens, teses, livros e artigos. A escolha do método biográfico, como forma de análise do campo, surge justamente dessa tentativa, em aproximar pesquisadora e campo, onde quem assume como parte central do trabalho é o sujeito de pesquisa, conforme apontam Santos e Davel (2021 p. 431), que “reside na valorização do sujeito ao priorizar os princípios da oralidade como meio para a compreensão de fenômenos situações a partir da narração de uma trama de acontecimentos vivenciados no passado da pessoa pesquisada.”.

Santos e Davel (2021), explicam que o método biográfico proporciona uma ligação entre ação e sequencialidade, que são apresentadas através de uma narrativa, onde a subjetividade e a intersubjetividade, favorecem a riqueza de detalhes, evitando reducionismos. No mais o método permite uma relação de história *versus* contexto, que acontece de forma temporal, dinâmica e mostra a relação de vivência do indivíduo e seus reflexos além de prover ao pesquisador uma autorreflexão. Dessa forma acredito que a escolha que fiz, vai ao encontro, do que discutem Dulci e Malheiros (2021), sobre a pesquisa não estabelecer uma verdade absoluta, ou como o processo exploratório, mas de troca.

Escolher o campo, não foi algo muito simples. Meu primeiro contato com Margarida, surgiu ainda quando cursava os créditos do mestrado, quando estudava um pouco mais sobre o maior movimento de mulheres rurais da América Latina, a Marcha das Margaridas. Conhecer um pouco mais sobre essa mulher que intitula esse movimento me chamou bastante a atenção, principalmente quando li a sua frase, “é melhor morrer na luta, do que morrer de fome”, uma frase forte, que carrega muitas possibilidades de reflexão. Outro fator que me chamou muito a atenção foi o fato do período histórico em que aconteceu sua morte, a ditadura militar. Conforme Ripamont (2017), cada “*narrador/a al relatar opera una selección en función de afectaciones del presente*”. Ou seja, ao narrar uma história, o/a pesquisador/a, não apenas relatam uma história, mas fazem recortes que fazem sentido diante do contexto em que se vive, dessa forma é possível também observar a não neutralidade do/a cientista.

Ripamont (2017, p. 90), explicita que a narrativa se apresenta “*no tanto como una forma de recopilación de datos sino como un modo de comprensión de la realidad social que intenta aproximarse a la forma en que los seres humanos experimentamos y significamos el mundo*”. Nesse sentido, poderia buscar entender Margarida nas mais diversas formas, pela sua

liderança sindical, pela sua carreira como gestora, como influência, como papel político do seu trabalho, mas talvez um recorte mais “tradicional” da gestão, não responderia as minhas angústias, sobre entender Margarida em sua constituição como mulher, e a importância da discussão de gênero, compreendendo o ser mulher através da luta. Mulher, essa, que questionou as relações de poder estabelecidas, em nome de trabalho digno, no acesso ao recurso mais básico do ser humano, a alimentação.

Talvez esse trabalho, tenha indagações sobre “estar fora do campo da gestão”, e é nesse sentido que a teoria decolonial se apresenta, questionando sobre como é validado o conhecimento. Segundo Ripamont (2017 p. 95 - tradução minha), as pesquisas narrativas, “recuperam experiências, colabora na sua transmissão, significa-as e valoriza-as como conhecimento.” Daí o porquê dessa escolha, é contar o outro lado da história, em entender a biografia de uma mulher latina, que questionou as relações de poder no âmbito do trabalho, de maneira diversa, não somente como organização tradicional, mas em tudo que a cercava, inclusive frente a uma organização tradicional como latifúndio, e os seu representa latifundiários.

Para a coleta de dados, mergulhei no mundo de Margarida, acessei livros, pautas de movimentos que levam seu nome, as páginas que esses grupos mantêm e alimentam na internet, trabalhos acadêmicos, documentários, tudo aquilo que contavam a sua história. Depois de coletados os materiais foram organizados, conforme sua natureza, analisados e categorizados. Deste modo, a técnica de produção de material empírico utilizada nesse estudo foi a pesquisa documental. A pesquisa documental que se caracteriza por buscas em várias fontes os materiais para serem analisados. Entendo por documentos, os materiais mais próximos da linguagem, e que requerem uma interpretação mais assídua, como se as palavras nos aproximassem das mentes, conforme apresenta Holder (2005).

O corpus da pesquisa foi processado em três partes, que foram importantes para que o trabalho pudesse ser realizado. No primeiro momento foi feita uma busca para que o maior número de material pudesse ser levantado, o segundo momento foi pautado pela organização dos materiais, que foram selecionados, classificados e sistematizados conforme a sua natureza, para que assim chegasse a terceira fase que foram as análises dos materiais.

Em relação as pesquisas sobre teses e dissertações, utilizei o repositório da CAPES para acesso a esses materiais. Isso porque este é o principal repositório de teses e de dissertação dos programas de pós-graduação no Brasil, sendo organizado e gerenciado pelo Governo Brasileiro. Pelo acesso ser gratuito, esse repositório auxilia na disseminação da produção científica brasileira. Sobre os critérios utilizados para a busca, foram utilizados os

termos “Margaria”, “Margarida Alves”, “Margarida Maria Alves”, “Marcha das Margaridas”. Não foi estabelecido nenhuma limitação em termos temporais, sendo este definido pela própria instituição na qual os textos disponibilizados são a partir de 1940 a 2022.

No primeiro momento, fiz uma busca geral sem atribuir nenhum tipo de filtro, a primeira busca foi com o termo Margarida, onde apareceram 20.666 resultados, sendo 19.566 artigos. Então apliquei a busca avançada, a qual atribui no assunto “contém” haja vista que muitos dos resultados apresentado entre os 20.666 sem filtro se tratava de autoras cujo nome também era Margarida. Não atribui filtro de tempo, de língua, ou de área do conhecimento, foram encontrados 71 resultados, dos quais encontrei somente seis resultados que considerei atrelados a essa pesquisa, pois eles não apresentavam vínculo com a temática proposta.

A fim de refinar a busca atribui além do campo assunto “contém” acrescentei “E” título “contém” Margarida, a fim de filtrar melhor os resultados. Dessa forma foram encontrados 36 resultados, dos quais somente quatro estariam ligados a essa pesquisa.

De fato, entre essa busca algo me deixou completamente intrigada, que foi ao encontrar o artigo, “Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas” Aguiar (2016), o mesmo artigo apresentava-se em versão português e versão em inglês com o título “Rural Women, Social Movement and Political Participation: reflections from the March of the Daisies”. A tradução literal de Marcha das Margaridas para “*March of the Daisies*”, me deixou reflexiva, como poderia uma tradução retirar toda a essência de um movimento que é considerado um nome próprio e que leva o nome próprio de Margarida em homenagem a Margarida Maria Alves, nome que traduz em luta o nome de uma mártir. Compreendo que também intitulamos a flor de Margarida, mas minha reflexão se pauta justamente sobre como a dominação da linguagem, se não tomados devidos cuidados, retira e apaga tudo aquilo que envolve a criação, entendimento e características própria que só podem ser entendidas de dentro do seu contexto. Faço aqui uma ressalva, a qual a crítica não está no trabalho escrito pela autora, ou muito menos no título que ela escolheu, mas sim uma reflexão mais ampla sobre colonialismo, dominação e apagamento de história conforme discute Lugones (2007); Lugones (2008) e Lugones (2012).

Em sequência, com o intuito de refinar a busca, pesquisei por outros termos, no campo assunto “contém” a palavra “Margarida Alves” sem nenhum outro tipo de filtro encontrou somente 3 artigos, já mencionados no quadro acima. Assim fiz uma outra tentativa nos mesmos moldes trocando a palavra para “Margarida Maria Alves” reduziu para apenas um resultado, que já havia aparecido nas buscas anteriores.

Com o objetivo de diversificar a busca, utilizando o mesmo critério das buscas anteriores, substitui a palavra para “Marcha das Margaridas”, a qual me apresentou somente quatro resultados já conhecidos. Por fim, utilizei como palavra-chave “Margaridas”, que

resultou em 70 resultados, a qual acrescentou a minha busca o artigo “Food movements, agrifood systems, and social change at the level of the national state: The Brazilian Marcha das Margaridas” de Mota e Maia (2021), disponível na *The Sociological review* (Keele), 2021, Vol.69 (3), p.626-646.

Percebendo que o artigo “E” aplicado entre os filtros, poderia restringir a busca, repeti todo processo mudando o “E” para “OU”. Colocando em Título contém “palavra”, ou Assunto contém “palavra”.

Dessa forma apareceram 257 resultados para a palavra “MARGARIDA”, o que dobrou a quantidade de artigos encontrados, passando de seis para doze, conforme apresento no quadro abaixo.

Ao inserir como termo de busca “Margarida Alves” o com o mesmo critério, encontrei seis resultados dos quais, já haviam sido listados. Da mesma maneira, alterei o termo de busca para “Margarida Maria Alves”, o qual apareceram como resultado apenas dois artigos, que já haviam sido mencionados. Por fim utilizei como termo de busca “Marcha das Margaridas”, no mesmo modelo que havia aplicado, e o resultado foi de 12 artigos.

Esse foi o “ponta pé inicial” das buscas que fiz em trabalhos acadêmicos, que me possibilitaram procurar teses e dissertações dos autores dos referidos trabalhos, e conseqüentemente suas referências, as quais priorizei as que contribuiriam de forma mais concreta para a realização dessa pesquisa.

QUADRO 2 - RESULTADO DA PESQUISA DO TERMO MARGARIDA NA PLATAFORMA CAPES

Ano	Autores	Título	DOI
2021	Marco Antônio Teixeira	MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES EM TEMPOS DE ASCENSÃO DAS NOVAS DIREITAS: a Marcha das Margaridas	<a href="https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42777">https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42777</a>
2016	Vilenia Venancio Porto Aguiar	Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas	<a href="https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261">https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261</a>
2020	Marcelo P. Negrão, Lucas R. de Matos e Marcel E. B. de Araújo	Territórios sob tensão: disputas por recursos naturais na reserva legal em bloco do assentamento Margarida Alves, Rondônia	<a href="https://doi.org/10.4000/confins.29568">https://doi.org/10.4000/confins.29568</a>
2018	João Gabriel Soares, Paula	Caso Margarida Maria Alves: uma demonstração do desafio brasileiro à proteção multinível de direitos	<a href="https://doi.org/10.17058/rdu.nisc.v3i56.11701">https://doi.org/10.17058/rdu.nisc.v3i56.11701</a>

	Arruda	humanos	
2012	Arlene Martinez Ricoldi	Temas em Direitos Humanos de uma organização da Paraíba e o master frames de Direitos Humanos	<a href="https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000200005">https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000200005</a>
2021	Dominique Masson, Elsa Beaulieu Bastien	The Relational Dynamics of Becoming Popular Feminist Subjects: The World March of Women and Rural/Peasant Women's Organizing in Brazil in the 2000s	<a href="https://doi.org/10.1177%2F094582X211015171">https://doi.org/10.1177%2F094582X211015171</a>
2008	Berenice Gomes da Silva	A Marcha das Margaridas: resistências e permanências	<a href="https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000200016">https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000200016</a>
2014	Talita Sgobi Martins Rosemeire Aparecida de Almeida	O assentamento Margarida Alves/MT-Brasil: o conflito de classes no campo e a questão de gênero	10.33026/peg.v15i1.2387
2021	Rafael de M. Monteiro; Luciney A. Teodoro Borges	O Coletivo Margarida Alves e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) em Ipameri (GO)	10.14393/RCT164106
2019	Diogenes V. Neto; José Leonidas Couman	EDUCATIONAL SOURCES OF AGROECOLOGY IN THE MARGARIDA ALVES SETTLEMENT: THE TRANSITION OF MOVEMENT IN THE AMAZON	10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i2.383
2020	Sarah I. de S. Moereira; Suzi H. Theodoro; Joel Donazzolo;	Agroecologia e a Marcha das Margaridas	10.33240/rba.v15i5.23043
2020	Rita de Cássia Maciazeki- Gomes; Judit Herrera Ortuño	Becoming Margarida: narratives of self in experienceaffections	10.1590/Interface.190180

Fonte: Elaborado pela autora (2022).



Sobre os artigos, utilizei as bases de dados da SPELL e SCIELO. A SPELL é um repositório gratuito de artigos científicos, da área de administração vinculados a Anpad, e SCIELO também é um repositório, mas atua de forma mais ampla, abarcando todas as áreas do conhecimento. A escolha destas bases de dados ocorreu por serem os principais repositórios de revistas científicas da área de Administração, área científica na qual essa pesquisa foi desenvolvida. Também não foi utilizado critério temporal para a composição destes materiais para as análises.

Na plataforma SCIELO, utilizei as mesmas palavras para buscas, utilizando como critério de busca em todos os índices “or” resumo, para a palavra “Margarida”, resultou em cinquenta e quatro artigos, dos quais somente três havia algum tipo de relação com esse trabalho, e já haviam sido encontrados anteriormente. Quando trocado o termo de busca para “Margarida Alves” só foi listado um resultado, que já havia sido encontrado. Com o termo “Margarida Maria Alves”, foi encontrado o mesmo artigo. Com o termo “Marcha das Margaridas”, somente quatro resultados foram encontrados, três já haviam sido listados e um não apresentou ligação direta com este trabalho.

Na plataforma SPELL, utilizei as mesmas palavras de busca, utilizando como critérios de busca em Título do documento “or” resumo para a palavra “Margarida” resultou em um artigo, que não tinha qualquer relação com esse trabalho. Para a palavra “Margarida Alves”, “Margarida Maria Alves”, “Marcha das Margaridas” não foram encontrados nenhum resultado.

O acesso às páginas na Internet foi definido a partir de organizações que atuam em movimentos que lutem pela efetivação do direito à alimentação no Brasil. Então, foram acessadas as páginas das organizações que são inspiradas em Margarida Alves, sendo elas: Fundação Margarida Alves, Marcha das Margaridas, Coletivo Margarida Alves, que resultou em matérias que acrescentaram os trabalhos acadêmicos.

Considerando a repercussão da trajetória de vida de Margarida, também optei por buscas de materiais em portais de notícias. Foram pesquisados os portais Brasil de Fato, G1 Folha de São Paulo, resultando na identificação de matérias jornalísticas sobre ela. Sendo o Brasil de fato o portal que mais contribuiu para esta pesquisa, onde encontrei um dossiê sobre o assassinato de Margarida. Nos portais UOL e R7 não foram encontradas matérias, com o termo “Margarida Alves”.

Já na plataforma Youtube, foi realizada uma pesquisa com os termos, Margarida, Margarida Alves, Margarida Maria Alves resultando nos dados sintetizados a seguir:

QUADRO 3 - BUSCA NA PLATAFORMA YOUTUBE.

Título	Canal	Link
Conheça a inspiradora história de vida de Margarida Alves	TV APARECIDA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ncLxzmUcdG0">https://www.youtube.com/watch?v=ncLxzmUcdG0</a>
DOCUMENTÁRIO: NOS CAMINHOS DE MARGARIDA	TV CONTAG	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=sjxrUYZt-eM">https://www.youtube.com/watch?v=sjxrUYZt-eM</a>
Margarida Maria Alves documentário ASSOCIAÇÃO RAÍZES DA CULTURA	PEDRO ASSORAC OLIVEIRA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=EPwPQ8I17oA">https://www.youtube.com/watch?v=EPwPQ8I17oA</a>
Margarida Maria Alves II	sítio lagoinha solidária Lgbts & amigos	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=dXm1WoPThGU">https://www.youtube.com/watch?v=dXm1WoPThGU</a>
Margarida Maria Alves, a força da mulher do campo   Excluídos da História #11   Historiar-Se	HISTORAR-SE	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=B66RD3Klpos">https://www.youtube.com/watch?v=B66RD3Klpos</a>
A história de Margarida Alves, por Maria Soledade	CUT-DF	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=JHIs-ZU9M6M">https://www.youtube.com/watch?v=JHIs-ZU9M6M</a>
Linha Direta 05/08/1999 - Caso 1: Líder sindical assassinada	ARQUIVO LINHA DIRETA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=6M9BI5jL9Vc">https://www.youtube.com/watch?v=6M9BI5jL9Vc</a>
Margarida Maria Alves (trecho do filme "Uma questão de terra")	JORNAL A MARGEM	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=QU0Na3RhcvY">https://www.youtube.com/watch?v=QU0Na3RhcvY</a>
Carmen Foro (Contag) fala dos 32 anos do assassinato de Margarida Alves	TV SENADO	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=i1FKAOmuzYE">https://www.youtube.com/watch?v=i1FKAOmuzYE</a>
Maria Margarida Alves   De Olho na História	DE OLHO NOS RURALISTAS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=LzFUwT9ynww">https://www.youtube.com/watch?v=LzFUwT9ynww</a>
Margarida Maria Alves	ELSON MATIAS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=2n2X28sb22o">https://www.youtube.com/watch?v=2n2X28sb22o</a>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Após a produção destes materiais empíricos, procedi a sistematização e categorização para as análises. Optei por não utilizar um critério cronológico para esse processo, mas a partir de uma análise interpretativa temática. Segundo Barbosa et al. (2017), a análise temática, apresenta como característica a flexibilidade, o que permite que ela dialogue com variadas epistemologias ou teorias. Nesse sentido os autores afirmam que “assume-se que a Análise Temática é a possibilidade de uso de uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode fornecer uma rica, detalhada e complexa análise de dados” Barbosa et al. (2017, p. 6).

A análise temática, se apresenta como uma alternativa em casos, onde se requer uma capacidade melhor de interpretação do campo, onde a identificação de sentidos, sobressaem. De forma afim de sistematizar as fases da análise temática, Barbosa et al. (2017), baseados em Braun e Clarke (2006), apresentam as seis fases de análise, que precisam ser feitas de bom uso, sendo elas: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca de temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas, produção de relatório. As fases são apresentadas a seguir:

-Familiarização com os dados: Momento em que o pesquisador/a analisa todo o material coletado de forma global, pontuando o que considerar relevante. O Conjunto dos Dados é composto por Itens de dados e Extratos de dados.

-Geração de códigos iniciais: Nessa fase, a geração dos códigos depende de qual orientação seguem, voltadas a dados ou a teorias.

-Busca de temas: Na busca de temas, é necessário cautela, para que não haja fuga do que foi proposto inicialmente. Nessa fase, uma volta a fase de familiarização com os dados pode ajudar no seu desenvolvimento.

-Revisão dos temas: Ao revisar os temas, ter acesso a questão de pesquisa e objetivos, colabora para que não se disperse do tema inicial, é uma fase que exige cautela, para não confundir os temas.

-Definição e nomeação dos temas: Cada tema deve ser tratado de maneira individual, e assim identificá-los, surge como aspecto importante para que sejam preservadas as “histórias” de cada dado.

-Produção de relatório: É a produção final da análise temática, nele deve conter indícios satisfatórios dos temas encontrados nos dados coletados.

Por fim, segundo Barbosa et al. (2017), a análise temática apesar de flexível, deve apresentar características claras sobre aquilo que se tem produzido. E ela se apresenta para os Estudos Organizacionais, numa perspectiva multiparadigmática, permitindo assim o aperfeiçoamento dos métodos.

Os temas foram estabelecidos a partir da articulação entre as categorias teóricas que orientaram essa pesquisa, sendo estas gênero, organização de luta, fome, direito a alimentação, luta pela terra visto que estas também foram as principais categorias que emergiram na sistematização dos materiais.

Todos os materiais encontrados, forma analisados cuidadosamente, e o resultado dessas análises é apresentado na próxima seção desta dissertação.

## 5. A ARTE DE TRAZER A VIDA PELAS MÃOS

Para trazer vida a essa seção, me inspiro no texto de Martins (2020), no qual a autora discorre sobre o partear, o ato de nascer. No tecer das palavras a autora discorre sobre a deslegitimação de um conhecimento milenar, e a substituição dos conhecimentos ancestrais pelo conhecimento do homem branco, que se pauta na sua cultura e a determina como um saber universal.

Ao finalizar o seu trabalho Martins (2020, p. 142), traz a seguinte reflexão “devemos promover a pluralidade de saberes, os quais não devem ser construídos apenas pela ciência da modernidade, por não ser esta a única e possível forma de conhecer e compreender o mundo”.

De certa forma, ao escrever esse trabalho, me sinto trazendo a vida pelas mãos, através de palavras que recontam sobre a vida de uma mulher, que através da sua trajetória tornou-se símbolo de luta para mulheres do campo, a história de luta de uma mulher do brejo paraibano, morta durante a ditadura militar no Brasil.

### 5.1 QUEM É MARGARIDA? HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Desde muito cedo, aprendi a ouvir os contos de fadas, depois da alfabetização a lê-los. E sempre como num passe de mágica, a mocinha é salva por um herói, um homem desconhecido, que aparece do nada, colocando em segundo plano a personagem principal, e assim se torna protagonista para trazer um final feliz para a história. Mas não é somente nos contos de fadas que surgem os heróis salvadores, a História, também nos apresenta seus heróis.

Pensando num cenário brasileiro, se pudesse fazer perguntas rápidas a qualquer pessoa na rua, ou até mesmo a mim, que escrevo esse trabalho, quantas mulheres apareceriam em respostas para perguntas corriqueiras como: Quem é sua/sua artista favorita? Quem é o/a maior compositor/a? Quem é o/a maior nome do esporte? Quem canta a sua música favorita? Qual maior nome em empreendedorismo? Será que não existem mulheres que se apresentam

capacitadas nesses quesitos, ou nós aprendemos a conhecer apenas os “heróis”? Nesse sentido, reflito sobre quem são as nossas heroínas, onde estão as mulheres nisso tudo? Quando vamos admirar o trabalho das mulheres?

No entanto o intitular essa seção, me vi diante de um embate linguístico, entre qual termo usar. Seria o correto, quem é ou quem foi Margarida? Como flexionar o verbo **ser**, entre passado e presente, de uma mulher que fez parte da história, mas não está no passado? Margarida Maria Alves, transcende o ser, a própria existência, para se tornar imortal.

A escolha, de fato, me fez refletir sobre como é se tornar imortal, mesmo diante tanta violência que assola corpos de mulheres nesse país. Tornar-se imortal, talvez ultrapasse tudo aquilo que projetamos em vida. Ninguém sonha em ser imortal, apesar da certeza da finitude da vida terrena, ser imortal somente nos dá a certeza da morte física, o que nos leva no hoje a buscar uma certeza no amanhã.

Margarida, mulher paraibana, e que tinha no amanhã sempre a incerteza. Porém a morte não temia, sabia que ela era uma certeza. E se pudesse escolher o fim dos seus dias, seriam como sempre foram, na luta contra a fome. Em sua frase “é melhor morrer na luta, do que morrer de fome”, observo a força de uma mulher que se tornou imortal, e não se entregou jamais aos medos que pudessem cercá-la, mas que foi morta pela luta dos seus ideais.

Dessa forma, para entender *o ser* Margarida, é preciso voltar no tempo e na história e conhecer um pouco mais, sobre essa mulher que por ironia do destino, leva o nome de uma flor que é símbolo de delicadeza, e ela expressa seu total antônimo, pois Margarida Maria Alves foi e é força e resistência.

Margarida nasceu em agosto de 1933. De família pobre, seus pais foram expulsos da terra, onde viviam, em Alagoa Grande na Paraíba. Entre as suas qualidades estão uma mulher, simples, destemida, forte, que não abaixava a cabeça, além de religiosa. Destaco aqui a religiosidade de Margarida, pois foi através da religião que ela se associou e começou a fazer parte dos sindicatos, incentivada pelo padre da região. Sindicato o qual foi secretária por duas vezes e posteriormente foi eleita presidente. (FERREIRA, 2017).

A respeito da familiaridade de Margarida, existem dados diversos, onde autores e autoras afirmam que ela vem de uma família que eram 9 filhos ou 11 filhos. No entanto desde cedo, encontrou-se com mundo do trabalho. Filha de pais pobres, que não detinham terras, começou ainda na infância a trabalhar para manter o sustento da família, numa plantação de abacaxis, onde foram expulsos pelos patrões. (RODRIGUES, 2018).

A família de Margarida, sem alternativas, mudou-se para a cidade, começava ali seu primeiro ato na luta dos direitos dos trabalhadores. Margarida, revoltada com o que acontecia

com a sua família entrou na justiça contra os patrões, mas não obteve êxito. (RODRIGUES, 2018).

Segundo Melo (2021), Margarida era filha de camponeses, sendo o pai descendente de indígenas e a mãe de negros. Ferreira (2010) elucida os traços de Margarida, que se apresentavam com traços indígenas e afro brasileiros, herdados dos pais.

Quanto a sua escolaridade, Margarida estudou até a quarta série, o ensino fundamental I. Casou-se em 1971 com Severino Cassimiro Alves e teve dois filhos, um que nasceu morto e José de Arimatéia Alves. Foi através da luta sindical que conheceu seu esposo, esse o qual contribuiu fortemente com a aproximação dela com o sindicato rural dos trabalhadores de Alagoa Grande (RODRIGUES, 2018).

Severino Cassimiro Alves, esposo de Margarida, foi o primeiro presidente do SRT Alagoa Grande, pessoa que exerceu grande influência na luta sindical de Margarida. Tanto pelo incentivo quanto pela relação matrimonial, exercida pelo poder do marido sobre a esposa, que era bem presente do período. (Ferreira 2017). Segundo, Rodrigues (2018), Severino a aproximou do sindicato, pois ela era alfabetizada, e assim exercia a função de secretária, prática comum dos sindicatos nesse período histórico, já que as mulheres eram mais alfabetizadas e lidavam melhores com as questões burocráticas. Na sequência, Margarida se tornou tesoureira e depois diretora, mesmo exercendo esses cargos com dificuldade, não desanimou, pois, a luta pelos direitos dos trabalhadores, já lhe eram causas identitárias.

Rodrigues (2018), explica como o Estado e a Igreja, se articularam a fim de contribuírem com a formação dos sindicatos, na tentativa de aproximar a classe trabalhadora rural e esvaziar as ligas camponesas. Na Paraíba a Igreja Católica, teve forte influência sobre os sindicatos, fazendo parte da formação de 22 dos 24 sindicatos formados no estado. Conforme Ferreira (2017), o sindicato que Margarida presidiu também teve influência da igreja católica, com intuito de reduzir as ligas camponesas, o padre apoiou a criação do sindicato, Margarida que se considerava religiosa, ficou do lado dos sindicatos, mesmo considerando importante a luta das ligas, quando seu esposo, foi perseguido pela ditadura militar, ele percebeu que a igreja não se posicionava.

Segundo Rodrigues (2018), a atuação de Margarida junto ao sindicato ocorreu através da função de secretária, pois ela tinha mais estudo, o que era comum para as mulheres daquela região e tempo. Os homens eram os presidentes dos sindicatos e as mulheres exerciam as funções burocráticas. Depois tornou-se tesoureira, mas sua forte capacidade política a levará a presidência do sindicato. A respeito da sua formação política, Rodrigues destaca:

Ficou claro que Margarida teve a sua formação política na práxis do trabalho e no cotidiano sindical, tornando-se uma radical defensora dos trabalhadores canavieiros, orientando-os a lutar pela defesa de direitos como as carteiras assinadas, as férias, o décimo terceiro salário, o descanso remunerado, as indenizações em casos de expulsão da terra, a reforma agrária etc. (RODRIGUES, 2018, p. 38).

No entanto a presidência do sindicato, foi uma conquista realizada por Margarida. Seu esposo já havia sido presidente, mas foi com suas palavras de segurança que conseguiram perceber a firmeza que precisavam para elegê-la como presidente. Como afirma Ferreira, (2017, p. 109). “Não foi uma coisa do dia pra noite”.

No entanto, o sindicato era um lugar ao qual somente cabiam aos homens. Conforme elucida Ferreira (2017 p. 61) “percebe-se que muitas não se filiavam devido às opressões dos pais ou do marido, que se pronunciavam dizendo “isso é coisa de homem”.”

Conforme Lugones (2008), disserta sobre como os modos capitalistas foram difundidos pelo mundo através dos processos exploratórios pelos colonizadores, entre eles o lugar o qual a mulher poderia ocupar na sociedade, e as funções que deveriam ser exercidas pelos homens. Apesar do incentivo de seus esposos sobre a presidência do sindicato, em primeiro momento lhe foi atribuída a função de secretária, somente quando Margarida mostra sua desenvoltura, é que lhe é confiada a chance de concorrer à presidência, lugar esse que antes só caberia aos homens, ela foi uma das primeiras mulheres que se tornaram presidentes de sindicatos no Brasil, através da sua capacidade e conhecimento pelos direitos dos trabalhadores.

Esse processo também nos remete sobre como a divisão sexual do trabalho se insere, inclusive, em organizações que se colocam como lugar de questionamento das formas de produção capitalistas. É por isso que se torna necessário compreender gênero como um processo estrutural, pois é esta categoria que estrutura e organiza nossas formas de produção e de reprodução social.

A invisibilidade da mulher, se exprime em diversas formas, até mesmo no silenciamento das mulheres, sobre não abrir espaço de falas, ou então ao ocupar cadeiras importantes, em cargos de decisão, como na cúpula dos sindicatos. Observo sobre a manutenção do poder masculino, conforme transcreve Ferreira (2017):

Não era fácil falar na reunião do Conselho da CONTAG, era formado por presidentes, tesoureiros ou secretários (as) geral, todo mundo se metia e a gente tinha que apresentar nossas propostas era ali, não tinha outro lugar, mais fico feliz em saber que o que somos hoje, foi construído e conquistado por nós mesmas. (FONTE: Entrevistada 2 – Membro da Comissão de



Mulheres da CONTAG, João Pessoa, em 13/07/2004). FERREIRA (2017, p. 64)

Segundo Ferreira (2017), Margarida, se tornou alvo, por lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A morte de outros nomes que faziam parte da luta do campesinato, era fruto da perseguição dos latifundiários. Margarida foi perseguida e ameaçada de diversas formas. Pediam pela mudança de seus discursos, mas ela se manteve na luta. Até o fatídico 12 de agosto de 1983, onde foi morta com tiro na cabeça, na janela de sua casa.

Margarida, sabendo das ameaças que vinha sofrendo, disse em seu discurso em Sapé, conforme Ferreira (2017, p. 112) **“que era melhor morrer na luta do que morrer de fome, e da luta ela não fugiria”**.

Difícil pensar em qual morte escolher?

Rodrigues (2018), relata que Margarida estava no interior de sua residência comendo uma espiga de milho e observando seu filho brincar, quando foi alvejada por um pistoleiro com tiro na cabeça. Seu esposo Severino, estava também em casa e assistindo TV, na ocasião, e ao escutar o barulho foi de encontro a esposa que já se encontrava sem vida no chão. O tiro destruiu parte direita do rosto e fez um grande ferimento na cabeça. Até hoje ninguém foi preso ou condenado pela sua morte.

Segundo Rodrigues (2018), os latifúndios detêm grande força, formando a base de espaços e instituições públicas, que agem de acordo com interesse desses grupos. No qual detém sua origem e poder desde o período colonial, que estabeleceu as estruturas de produção brasileira, que tem como fonte a exploração produtiva, grandes concentrações de terra, escravização, exclusão e genocídio de grupos minoritários. A qual não apresentou um rompimento, conforme apresenta:

A herança colonial se fez sentir na construção desse novo Estado que, após a independência, desenvolveu-se sobre as estruturas econômicas, políticas, institucionais e culturais originadas no período colonial, que vão se modificando ao longo do tempo, perdurando o processo colonizador. (RODRIGUES, 2018, p. 118).

O Grupo da Várzea, é um exemplo de manutenção do poder do latifúndio. O grupo era representados por usineiros e latifundiários da região da Alagoa Grande, o qual possuía muita influência e poder político. O principal suspeito da morte de Margarida, fazia parte desse grupo. (RODRIGUES, 2018)

De certo modo a reafirmação do poder das pessoas que arquitetaram a morte de Margarida, se deu através do silenciamento de uma voz que denunciará as injustiças cometidas contra um povo subalternizado, o qual, lutava pela sobrevivência e o acesso a uma vida minimamente digna, na luta contra a fome.

A respeito da violência utilizada sobre o corpo de Margarida, uma mulher, vem do processo de colonização, onde os colonizadores, utilizavam da violência como forma de dominação e reafirmação do ser e poder sobre os povos nativos. Principalmente sobre o corpo de mulheres, as quais sequer eram consideradas como seres humanos, e seus corpos eram de direito daqueles que possuíam o poder, o homem branco colonizador, e que poderiam ser violentados. (Lugones, 2007)

Mas sua morte não foi em vão, sua luta se faz presente como apresenta Ferreira (2017, p. 115), “os latifundiários pensaram, os patrões pensaram que ao matar Margarida calaria, só que eles se enganaram, porque do sangue daquela mulher brotou muitas, e muitas margaridas, nós temos milhares de margaridas, espalhadas nesse Brasil.”

Margarida, viveu em uma região onde a economia se baseava na agropecuária, tendo como principal atividade agrícola o cultivo de cana-de-açúcar, conseqüentemente grandes monopólios rurais, latifúndios eram espalhados pela região. Porém a atuação da paraibana frente ao sindicato, desagradou os donos de terras, conforme explicita Rodrigues (2018, p. 17) [ela] “desagradou os grandes proprietários de terras, tendo em vista que, durante seus 12 anos na presidência do sindicato, moveu inúmeras ações trabalhistas, sobretudo contra usineiros e fazendeiros da região.”

Conforme elucida Rodrigues (2018) o poder desses grandes proprietários de terras não se restringia somente aos meios de produção, mas também ao poder político. O que lhes garantia privilégios junto as diversas instituições inclusive do sistema de justiça. A autora ainda demonstra que entre 1985 e 2016, 28 pessoas foram mortas no campo paraibano, mas somente 5 foram julgados, mas ninguém foi preso. O que confirma a proteção dos mandantes dos crimes.

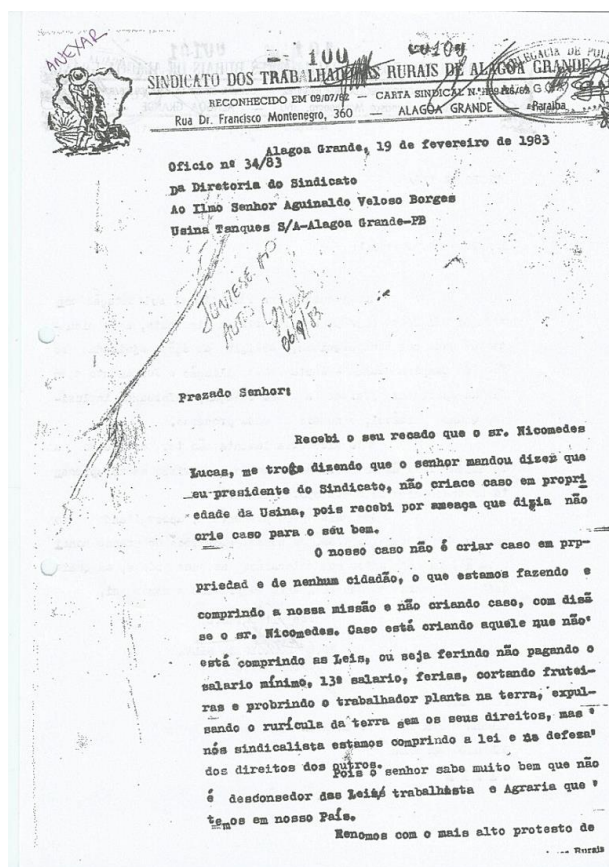
Vale ressaltar, que por se tratar de uma região onde prevalecia o cultivo da cana-de-açúcar, a principal ocupação dos trabalhadores rurais, era no corte de cana, de forma braçal. Que vendiam sua força de trabalho, por baixos preços, onde eram superexplorados e não tinham seus direitos garantidos, além das condições de vida precárias. (RODRIGUES, 2018).

Segundo a Fundação Margarida Alves, o principal suspeito de ser o mandante do crime é Aguinaldo Velosos Borges, que era o proprietário da Usina Tanques, e era integrante de um grupo chamado “Grupo da Várzea”, que incluía latifundiários e políticos. Segundo

Rodrigues (2018, p.77), o grupo era “capaz de se sobrepôr à lei, e às autoridades constituídas, seja por conchavos, por suborno, por relações interpessoais e de parentesco, por amizade e/ou bajulações, e pela violência”. O grupo advertira, nas entrelinhas, Margarida por vezes sobre não os enfrentar.

Rodrigues (2018), explica, que mesmo sofrendo inúmeras ameaças, Margarida não fugiu da luta, em seus discursos aos trabalhadores ela denunciava e respondia as ameaças sofridas e afirmava que lutaria pelo fim da exploração sofrida até o fim de suas dias.

FIGURA 01: CARTA DE MARGARIDA AO SR. AGUINALDO VELOSO BORGES



Fonte: IEVE (2009).

Margarida, segundo IEVE (2009), moveu durante seu período como sindicalista, mais de 600 ações contra usineiros e latifundiários da região. Quando foi morta movia 72 ações sobre esses homens poderosos.

Inclusive numa carta datada de 19 de fevereiro de 1983 (ano de sua morte) ao Senhor Aginaldo Velosos Borges da Usina tanques, ela relata o recado mandado sobre “não criar caso” para os eu próprio bem, e reitera sobre não estar criando caso, mas sim pela luta dos direitos dos trabalhadores rurais, para que as leis fossem cumpridas.

Segundo Rodrigues (2018, p. 38) “nos depoimentos e na análise documental ficou claro que Margarida teve sua formação política na práxis do trabalho e no cotidiano sindical”. Nesse sentido, reflito naquilo que apresenta Walsh, sobre a colonialidade do conhecimento. Como poderia Margarida, mulher, do brejo, ensino fundamental incompleto entender e discutir uma política desenhada nos livros, e que seguem um modelo de política internacional, e versam sobre uma realidade totalmente distinta daquela praticada na realidade do brejo paraibano, onde as ações políticas assumem características totalmente ligadas a atuação dos moradores locais. Sejam trabalhadores ou donos de terras.

Impossível falar de Margarida, sem falar da luta sindical.

A luta sindical rural no Brasil, começa por cerca dos anos 1930, pelo direito dos trabalhadores rurais, principalmente para aqueles que era assalariados, a luta por melhores condições de trabalho e vida foram os principais propulsores desse tipo de organização, conforme elucida Ferreira (2017, p. 59) “A exclusão da categoria trabalhadora rural, fortemente marcada pela fome, miséria e violência, motivou a realização de algumas lutas unificadas entre essas organizações de trabalhadores.”

Em 1973, no segundo Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, aflora Margarida, na luta pela educação de qualidade e as decorrências do FUNRURAL (Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural). Mas é somente no terceiro Congresso, que a figura da mulher aparece, e passam a serem entendidas como trabalhadoras do meio rural, para que assim consequentemente seu trabalho também fosse reconhecido. (Ferreira, 2017)

As mulheres resistiram, e ainda resistem. Mas, nem mesmo com o reconhecimento de várias lutas travadas, a mulher ainda sequer poderia ter a titularidade das propriedades. De fato, o que me questiono, é a quem pertence a terra? Pois as mulheres só puderam ter acesso a titularidade das terras, com a CF de 1988, estamos falando, de uma história totalmente jovem, recente, de 34 anos atrás. Me questiono sobre quantas propriedades de terra foram tiradas das mulheres? Quantas mulheres foram, enganadas, lesadas e roubadas durante todo esse tempo?

Busco resposta no que propõe Lugones (2007), sobre a posse das terras, e o lugar das mulheres na sociedade com fim meramente reprodutivo, seja para manutenção a raça, ou como apresenta Davis (2016), sobre multiplicação da força de trabalho. Uma história que só

enxerga as mulheres como fonte de reprodução, e não como sujeitas, que podem se expressar e exercer seus direitos.

Mas afinal quem é reconhecido como sujeito de direito?

Foram várias atividades que contribuíram substancialmente para qualificar e articular as ações políticas das mulheres, na perspectiva de se assumirem enquanto sujeitos políticos e, conseqüentemente, enquanto dirigentes das organizações sociais, partidos, parlamentos, dentre outras. FERREIRA (2017, p. 68)

É sobre silenciar vozes, onde se sentem no direito da razão e da verdade. E a vida do outro não tem valor, pois não é visto como seu semelhante. As mulheres, ocupam posições menores, ainda mais quando se interseccionam gênero, raça e classe. Sofrendo todos os tipos de violência, pois é através dela que se perpetuam as mais diversas formas de poder. Principalmente sobre corpos femininos. (LUGONES, 2014)

Conforme Ferreira (2017) apresenta, a participação da mulher nos sindicatos quase não era reconhecida, pois não lhes era permitido participar de tais espaços. Mesmo que não se falasse em feminismo, a luta pelo direito das mulheres, ainda que tímida foi tomando espaço dentro da luta sindical, e trouxe várias conquistas para as mulheres rurais.

Pouco se falava em feminismo até então, mas a morte de Margarida abriu portas que jamais poderão ser fechadas, a percepção de ser mulher, se entender como parte, e personagem principal da própria história e de uma história de luta, conforme transcreve Ferreira (2017) numa entrevista:

Antes da morte de Margarida, antes dos seminários do CENTRU, antes da luta integrada aos movimentos da CUT e dos sindicatos, nós também não sabíamos o que era nossos direitos. A gente tinha que curvar a cabeça, a gente vivia de cabeça baixa, curvada perante a sociedade. **A gente não se sentia mulher, porque a gente só fazia o que o povo queria.** A gente obedecia a pai, a gente obedecia a patrão, a gente obedecia a marido, e era aquela coisa, a mulher tinha que baixar a cabeça em tudo, até nossos próprios pais passavam aquela imagem pra gente e dizia que na hora do casamento a mão da mulher ficava por baixo, e a mão do marido ficava por cima, porque a mulher **ela tinha que ser submissa ao marido, toda hora a mulher tinha que ser a outra metade, mas a metade inferior do homem,** e hoje, a gente sabe que não é isso.” FERREIRA (2017, p. 119) – grifos meus.

Conforme descreve Lugones (2014), a respeito da dominação e a submissão da mulher, entendida como ser inferior, ou até mesmo não percebida como ser humano. Que é uma herança dos processos colonizadores do Brasil, onde a mulher não faz parte da história.

Margarida escreveu seu nome na história desse país, onde as mulheres não têm espaço para serem heroínas, pois somente cabe aos homens os papéis de heróis, salvadores da pátria.

De todo modo, o que Lugones (2008) apresenta como sendo a colonialidade de gênero, se expressa no dia a dia pelos resquícios de colonialidade. Onde a luta das mulheres contém um viés de indiferença criando barreiras que as mulheres não conseguem ultrapassar, e quando ultrapassam encontra-se um jeito de pôr fim, um cala-boca, como é o caso de Margarida Maria Alves, e muitas vezes está até mesmo embricado no Estado pela maneira de como as regras são feitas, de como é constituída a justiça. Uma justiça que é constituída por homens e privilégios, que não permitem uma visão que enxerga as estruturas que formam as diferenças sociais.

A morte de Margarida não é só mais uma estatística. O quanto representa a morte de uma mulher rural, com senso de coletividade, durante um dos períodos mais violentos desse país, que foi a ditadura militar de 1964. Momento histórico que ceifou diversas vidas pelo país pelos mais diversos motivos, principalmente políticos.

“Queima de arquivo”, como costumam dizer, um número a mais, como se uma vida não fosse carregada de história, sentidos e sentimentos. Nenhum mandante e nem executor foram presos, é triste pensar sobre como a impunidade resiste, mesmo com a luta para que o caso fosse solucionado. A quem interessava o silenciamento e arquivamento desse caso?

Mas nem mesmo com sua morte conseguiram silenciar sua luta, Margarida vive, vive em cada movimento, em cada mulher que participa da luta pelos seus direitos, em cada memorial que leva seu nome, em cada mulher rural que resiste a violência, talvez o ser imortal seja sobreviver todos os dias na luta contra as injustiças, principalmente a fome.

## 2.5 O AVESSO DO MESMO LUGAR

Em seu livro “O quarto de despejo”, Maria Carolina de Jesus (1960), relata sobre a fome, diz que ela é amarela. Em seus diários, ela descreve a sua rotina, o dia a dia do lugar onde vive, e os martírios em que se encontra. Maria, mulher, mãe, negra, catadora de papel, moradora da favela do Canindé, semianalfabeta, conheceu a fome de perto. Consciência, social, racial e política não lhe faltará.

Levo comigo sua frase, “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” Jesus (1993, p. 26). Pensar sobre a fome num país que se apresenta como um dos maiores produtores de alimento no mundo, é pensar sobre dois mundos diferentes entre a abundância e a escassez, são duas faces de uma mesma moeda, onde a ganância se sobrepõe ao bem comum. Seria um problema de má gestão?

Maria Carolina de Jesus e Margarida Maria Alves são mulheres que experienciaram um Brasil sob o regime militar. Duas mulheres com histórias distintas, vivendo em regiões diferentes, da favela do Canindé ao brejo paraibano essas mulheres acompanharam de perto a fome e as desigualdades, sonhavam com condições de vida mais digna e com um Brasil com mais equidade. Em 2022, cerca de 60 anos depois, vemos o Brasil retroceder a patamares de insegurança alimentar semelhante aos encontrados em 2008-2010, onde a fome e a insegurança alimentar assolam mais de 15 milhões de pessoas (EXAME, 2022).

No entanto a fome no Brasil, tem um perfil que pode ser observado, conforme já apresentado nesse trabalho, na seção “Você tem fome de que?”, onde são apresentados dados estatísticos do IBGE (2020), que mostram a discrepância salarial do Brasil, como ela acontece de forma regionalizada. Além disso, alguns substratos da população, possuem menores salários, como as pessoas negras em relação a pessoas tidas como brancas, e as mulheres menos que os homens, isso apenas com relação a ganhos financeiros.

Já que alimentação está atrelada a poder aquisitivo, não é difícil pensar quem é a população que mais sofre, haja vista, conforme IBGE (2020) que as mulheres estão desempregadas por mais tempo, e as pessoas pretas e pardas tem maior participação em serviços informais. No mais, os dados apontam que mais de 50% das famílias brasileiras é formada por mulheres com filhos sem cônjuge.

Se pensarmos em representação, aqui tido como ato de representar, conforme Spivak (1985), onde um sujeito heterogêneo não poderia mostrar-se como o sujeito subalterno, penso que seria Maria Carolina de Jesus, a pessoa que passa por insegurança alimentar no Brasil, e em seu livro escancara a realidade das muitas pessoas que passam fome no país, não só na década de 1960, quando a autora escreveu seu livro, mas também no Brasil atual que vê a insegurança alimentar e fome se expandirem cada dia mais.

Dessa maneira Gonzales (1983), explicita sobre a naturalização do racismo, o qual vê as mazelas sofridas pelas pessoas negras como normal. Assim como Lugones (2007), explicita a questão do trabalho, que aconteceu de maneira racial e geográfica, determinando

lugares na sociedade e quem os ocuparia e como ocuparia, o que se traduz, em fonte de renda e salário.

Ao pensar que as mulheres estão em maior risco e propensão a insegurança alimentar, reflito naquilo que Lugones (2012) apresenta como a colonização, através da perspectiva de gênero destituiu as mulheres de humanidade, onde a mulheres não-brancas, sequer eram entendidas como mulheres, no novo modelo capitalista moderno. O modelo de vida moderno, imposto pelos colonizadores europeus, que se exprime até mesmo na intersubjetividade, conforme expõe Quijano (2005).

Lugones (2014), aborda como a questão do colonialismo, se estende para além do modo de ser, pensar e poder e inclui gênero. Onde além da dominação de tudo aquilo que fosse possível tocar, impuseram seu modo de vida, excluindo tudo o que não se assemelhava ao homem branco heterossexual.

Margarida Aves, enquanto mulher encontrou grandes desafios. Haja vista que a posição sindical que ela ocupava, incomodava os moldes patriarcais, o qual moldavam e moldam a sociedade. E que se acentuam em regiões rurais, onde o “papel da mulher” está atrelado a família e afazeres domésticos. Nesse sentido, Ferreira (2017) elucida que,

A presença de mulher na direção sindical não era condição pacífica. Isto se evidenciava nas gestões anteriores, que mantiveram os homens à frente das instâncias de decisões e onde não havia, no conjunto dos trabalhadores/as, uma força de articulação se expandido para outras frentes de trabalho, como a luta por educação e formação política. (FERREIRA, 2017, p. 108).

Segundo Ferreira (2017), Margarida ao exercer suas funções sindicais, estreitou relações como as mulheres camponesas, num espaço que era dedicado aos homens. De tal modo Rodrigues (2018) apresenta que Margarida enquanto dirigente do STR de Alagoa Grande, entrou com uma ação para que os camponeses pudessem produzir para subsistência. Saiu vitoriosa na ação que pedia dois hectares de terra, mas que não agradou os usineiros.

Ao analisar a história do Brasil, mesmo que brevemente, voltando para a pré colonização do país, observo que as grandes navegações, surgiram com um único propósito: o domínio de terras. Assim que instalados no Brasil, os portugueses trouxeram seu modo de ser, pensar, poder e gênero e assim determinam como se dariam as divisões de terra. Quijano (2005), ao apresentar os conceitos de colonialidade do ser, pensar e poder, exemplifica como a expansão colonial sobre as os países colonizados, trouxe um novo jeito de agir na sociedade, impondo o ponto de vista único do Colonizador.



A dominação dos países da América, fundam as relações de dominação e subordinação, onde até mesmo as denominações foram impostas do que era América. O Colonialismo, trouxe uma nova forma de interagir no mundo, através do capitalismo, eurocentrismo e a colonialidade de poder, que se perpetuam de forma intersubjetiva nas relações construídas. Onde a globalização, é entendida como um processo, que se inicia com a expansão do colonialismo (QUIJANO, 2005).

Rodrigues (2018), discute como o processo de colonização se perpetua mesmo após a independência do Brasil, e está arraigado nas estruturas econômicas, políticas, institucionais e culturais ao longo do tempo. A autora apresenta como a questão fundiária, mesmo em mais de 500 anos da colonização, o Brasil se apresenta como um grande latifúndio, onde a capacidade produtiva está ligada a exploração de grandes territórios e marginalização de pessoas.

Conhecendo de perto esse cenário de latifúndios, Margarida Maria Alves, se posicionou, na luta pelo trabalho digno, e acesso a alimentação. Sua infância marcada pelo despejo de sua família, conforme Rodrigues (2018), e a luta pela sobrevivência, apontavam o caminho que Margarida trilharia, na resistência contra os latifúndios e latifundiários.

A Região onde Margarida viveu, o brejo paraibano, era um local de grandes conflitos, marcados pela disputa de poder e territórios pelos latifúndios e latifundiários, onde a economia baseava-se na agropecuária, sendo o cultivo de cana-de-açúcar a principal atividade agrícola praticada. Especificamente em Alagoa Grande, cidade onde vivia Margarida, era monopolizada pela família Velloso Borges, que além do monopólio da terra, sobre a produção e a Usina Tanques, detinha influência política através do Grupo da Varzea, conforme apresenta Rodrigues (2018):

O monopólio territorial encerra não apenas o controle da terra e o poder econômico, mas um controle social, político, jurídico e até mesmo cultural, colocando os integrantes desses grupos em posição “superior” na estrutura social, em que, de um lado, são reconhecidos pela população mais pobre como “importantes”, “poderosos”, e do outro lado, ocupam os espaços políticos e estratégicos e recebem proteção dos agentes do Estado. (RODRIGUES, 2018, p. 18).

De todo modo, a questão da distribuição fundiária não se reflete somente no poder aquisitivo, ou de bens, mas envolve a questão da dominação, como propõe Lugones (2014), ao apresentar como o processo de colonização inseriu seus meios de produzir na América Latina, onde a relação com a natureza é deixada de lado, e ela se torna um produto na sociedade capitalista. Refletindo ser conforme Quijano (2005), sobre como o capitalismo, criou, uma nova divisão do trabalho, que gerou uma estrutura de controle e padrão mundial, o

qual permitiu que lhes permitiu o controle do capital, do comércio, dos recursos, do sexo, da produção de conhecimento e os modos de produção.

A monocultura sempre esteve atrelada à produção em larga escala, como modelo capitalista de desenvolvimento. Nas décadas de 60 e 70 a “revolução verde” trouxe o aumento da exportação e diminuição da produção do mercado interno, o aumento no uso de agrotóxico e a inserção da produção de transgênicos, que tinham como propósito a erradicação na fome do mundo, mas só faz aumentar a concentração de terras e a evasão rural. (LAZARI E SOUZA, 2007).

Rodrigues (2018), elucida como a questões territoriais exercida pelos latifundiários ultrapassam as barreiras físicas. Onde Aguinaldo Velloso Borges, estranha o fato de um novo delegado na cidade não o procurar, pois todos os demais tinham o “dever” de procurá-lo ainda nos primeiros dias. A autora elenca alguns motivos pelos quais a garantia do monopólio territorial dos envolvidos na morte de Margarida como as devis nas investigações, na exclusão de nomes no processo, nas desvinculações entre processos de queimas de arquivo e o assassinato, nos decretos de prisões, nas omissões diante denúncias, falso testemunhos além da morosidade na resolução do caso. (RODRIGUES, 2018)

Após o assassinato de Margarida outras pessoas foram mortas, como queima de arquivo. Rodrigues (2018) aponta que esse tipo de crime estaria relacionado a proprietários rurais de Alagoa Grande, inclusive das ameaças feitas a Margarida pelo Grupo da Várzea.

FIGURA 02: QUADRO DAS VITIMAS EXECUTADAS EM VIRTUDE DA INVESTIGAÇÃO DA MORTE DE MARGARIDA MARIA ALVES.

Nome da Vítima	Data da execução
Severino Carneiro (Biu de Genésio)	14.01.1986
Edmar Paes de Araújo (Mazinho)	08.02.1986
Claudino Borges (sobrinho de Aguinaldo)	08.02.1986
Sargento Aldenis Cunha Lima (sabia sobre o caso Margarida)	Junho de 1986
Etvaldo Chaves (implicado na morte de Mazinho)	15.03.1987
Agente Ledo (Policial Federal)	Junho de 1987

Fonte: Rodrigues (2018, p. 279)

O assassinato de Margarida Maria Alves, se encontra com a questão de gênero, e não se deu apenas por uma questão de disputa pelos direitos trabalhistas de uma sindicalista rural, mas envolvem muitos outros aspectos como elucida a autora:

Entretanto, o crime cometido contra Margarida trazia à tona aspectos políticos, econômicos e sociais que, para resguardar determinados interesses, precisavam ser abafados. A complexidade que foi trazida ao caso decorreu da força do monopólio territorial dos acusados e dos meandros que o processo seguiu para que se mantivesse em silêncio e para que os indícios contra os mandantes fossem diluídos, no intuito de resguardá-los do processo e de uma possível condenação. (RODRIGUES, 2018, p. 353)

A colonização, além da dominação de territórios trouxe a dominação dos povos nativos, o genocídio. Muito embora, essa pareça uma realidade que ficou no passado, infelizmente a exploração, e modo de produzir capitalista ainda invade, domina e gera morte de pessoas no país. Com o caso do indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, que desapareceram no dia cinco de junho de 2022.

A violência e o assassinato sempre reverberam em casos como esses. Onde há grande disputa que envolvem dinheiro, terra, poder. A morte surge de forma naturalizada, pois aquele que a comente não vê no próximo um semelhante, e assim podem fazer valer seus “poderes”, através do silenciamento de pessoas que se opõe, aquilo que ele tem como verdadeiro. Conforme Lugones (2012) discorre, a colonização impôs uma hierarquização dicotômica, a qual não se pode pertencer aos dois lados. Onde a natureza se torna um produto no mundo capitalista. Ademais, Lugones (2014), apresenta que as formas de dominação da América Latina advêm do período colonial, onde o colonizador se vê como detentor de poder, e se sentiu no direito de dominar e destruir aquilo que não considerava seu semelhante.

Margarida, durante sua trajetória lutou pela dignidade, contra o avanço e dominação dos latifundiários. Daqueles que encontram como resposta para o acúmulo de capital e riqueza a violência. Onde o capital se sobrepõe a qualquer coisa, até mesmo da vida e dignidade humana.

De todo modo a fome é inaceitável! E a luta continua...

A CUFA (Central Única das Favelas), uma Organização Não Governamental, ao ver o Brasil voltar a números inadmissíveis de fome, lançaram a campanha 15 por 15. Para que as pessoas possam contribuir para solucionar de maneira ágil, a situação de 33 milhões de brasileiros, porque a fome não espera. O nome da campanha está atrelado a porcentagem de brasileiros que convivem com a fome. A ONG, propõe como solução a doação de dinheiro, tempo ou divulgação. Onde todos possam ajudar com 15% de algo, tempo, dinheiro ou espaço nas redes sociais (15 por 15, s.d).

Na próxima seção apresento um pouco mais sobre a contribuição de Margarida Maria Alves, pra organizações contemporâneas, que se movimentam e organizam a luta frente a várias pautas, inspiradas na luta de Margarida.

### 5.3 NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA

*Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra aos pobres acabe?*

-Marielle Franco

Margaridas, Marias, Marielles, no campo, na cidade, em todos os lugares, mulheres se tornam vítimas da violência da sociedade. Vozes sendo caladas, pela morte. Mas é na luta que as mulheres se encontram. Na luta contra a violência, na luta contra a fome, na luta contra a opressão, na luta contra preconceitos, na luta por direitos.

Ao abrir esse capítulo, escrevi sobre o partear. O ato de trazer a vida. No entanto nem ao dar à luz, as mulheres podem se sentir seguras. A nossa luta nunca acaba.

De fato, como assegurava Lugones (2012) a respeito da dicotomia de gênero, onde essa distinção é imposta pelo colonizador, e entende como natural e biológica, pautada no ódio e na violência, quando na verdade é uma distinção política, que através das relações de poder, domina corpos, e determina através da violência quem são os tidos como “não-humanos”, passíveis de todo tipo de inferiorização.

De tal modo, pensar como atitudes como essa, de um médico no exercício da sua função, se sente no direito de violar uma paciente, que está sob efeitos de medicamentos que ele mesmo ministrou, em maior quantidade do que o praticado; só reitera como o colonialismo se faz presente em todos os lugares da sociedade. Onde em nenhum local, nós enquanto mulheres estamos seguras. Nem mesmo em um local onde a saúde é levada em primeiro plano como um hospital, a mulher sempre ocupa um local de venerabilidade, mesmo estando cercada de outras mulheres.

Percebo a importância da atitude da equipe de enfermagem em denunciar, mas fica como questionamento sobre ser preciso ter imagens das ações, para que pudessem ter respaldo, já que o testemunho das mulheres enfermeiras pudesse não ter valor frente ao do médico. Como o expresso por Lugones (2014), onde o homem detém o ideal de perfeição, e quem não se faz semelhante não é tido como detentor de direitos.

São inúmeras as situações em que as mulheres são expostas a violência. Nesse sentido diversos movimentos, tem se organizado pelo país com o intuito de lutar para que esse tipo de situação seja cada vez menos frequente. Inspiradas em Margarida Maria Alves, mulheres se

colocam na luta. Como a Marcha das Margaridas, movimento inspirado em Margarida Maria Alves.

Começando pelo dia 12 de agosto, que é celebrado o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e a Reforma Agrária, essa data foi escolhida, pois é o dia em que Margarida Alves foi assassinada, uma homenagem que traduz o legado dela.

O Movimento, que leva seu nome surgiu no ano 2000, é a maior organização de mulheres da América Latina. A marcha é coordenada pela CONTAG, e é construída em conjunto com outros movimentos, como feministas, centrais sindicais e organizações internacionais.

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA), que é uma entidade civil sem fins lucrativos, tem o início de sua história na década de setenta, e foi criada pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, com o objetivo de presta apoio e assessoria jurídica aos movimentos sociais. Posteriormente deixou de atuar nessa frente, e sua atuação passou a ser junto a questões de moradia e solo urbano, pauta que faz parte dos dias atuais juntamente com a formação de juristas populares. (FUNDAÇÃO MARGARIDA ALVES, s.d)

O MSTTR (Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), que juntamente com a CONTAG, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), reúne mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores rurais, em todo país. Sua criação está ligada ao período histórico onde havia muitos conflitos agrários, esteve presente em várias lutas, sobre a reforma agrária, contra o AI-5, pelo fim da ditadura e redemocratização do Brasil, e diversas mobilizações em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. (CONTAG, s.d).

O movimento sindical, também fez parte da trajetória de Margarida, conforme Ferreira (2010), mais especificamente por vinte e três anos, desses, doze como presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande.

Margarida foi uma das primeiras mulheres a presidir um sindicato de trabalhadores rurais, e a sua participação nessa organização, se tornou exemplo para que outras mulheres também pudessem atuar nos sindicatos.

Vale salientar que a configuração ora considerada retrata as décadas de 1970 e 1980, recorte do período em que a líder sindical Margarida Maria Alves consolidou a sua participação no sindicato de Alagoa Grande e, após a sua morte, outras camponesas que atuavam no sindicato se sentiram estimuladas à resistência contra o latifúndio e o machismo. (FERREIRA, n.p., 2010).

A região onde Margarida habitava, era uma região canavieira e dominada por grandes latifundiários, com os integrantes do Grupo da Várzea. O marido de Margarida, Severino Cassimiro Alves foi o primeiro presidente do sindicato de Alagoa Grande, e influenciou Margarida participar do mesmo. (Ferreira, 2010).

Desde o início do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Margarida acompanhou o esposo, pois era alfabetizada e assim se tornou secretária. Posteriormente foi eleita tesoureira e depois tornou-se presidente do referido sindicato. (RODRIGUES, 2018).

Segundo Rodrigues (2018), na década de 1950, cenário em que surge o Sindicato, a região da Paraíba vivia num momento em que emergiam as primeiras Ligas camponesas. As Ligas Camponesas, segundo Rodrigues (2018, p. 39) “se caracterizava enquanto uma luta por direitos, questionando a dominação direta exercida pelos patrões sobre os trabalhadores e buscando as instituições estatais para garantir direitos”. E foi através desse tipo de movimento que foi possível observar as violências ocorridas nas relações de trabalho rural.

No mesmo período o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também exerceu influência pela luta dos direitos dos trabalhadores rurais, movimentando sindicatos rurais. Nesse sentido surge a Igreja Católica, que apoiou a criação de “sindicatos cristãos”, propondo uma harmonia entre os trabalhadores, e afastá-los dos ideais comunistas. (RODRIGUES, 2018).

Margarida, era católica, e seguia os preceitos da igreja. E a formação do sindicato em 1962, teve grande influência da igreja católica. Pois o padre que era pároco na época não apoiava as ligas camponesas, e ajudou na criação do sindicato. Porém com a Revolução em 1964, a Igreja sai de cena, e o esposo de margarida que foi perseguido, e acabou ficando doente. (Ferreira, 2010).

Ainda sobre a sua religiosidade, Rodrigues (2018) apresenta:

“Nas palavras do Ex-Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires, Margarida era uma “pessoa simples e religiosa, trabalhadora e honesta, esposa fiel, mãe. Carinhosa e boa dona de casa foi **uma mulher comum**, igual a milhares de outras paraibanas que enfrentam as lides de uma casa e as duras tarefas da agricultura [...]” (RODRIGUES, p. 38, 2018 – grifos meus).

Percebo um reducionismo na fala do Ex- Arcebispo, onde coloca margarida como uma “mulher comum”, utilizando adjetivos como “esposa fiel”, “mãe”, “carinhosa”, “boa dona de casa”, ocultando toda força de Margarida e seu legado como líder sindical, na luta pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. E reforça o papel da mulher como dona de casa, quando

expõe “lides de uma dona de casa e as duras tarefas da agricultura”, onde só caberia a ela esse papel, de subalternidade.

A questão do poder da religião Lugones (2014), explicita que a Igreja durante as missões civilizatórias foi responsável por perpetuar o poder do colonizador, onde a conversão para o cristianismo reforçava a questão masculino/feminino como uma dualidade. Nesse sentido Lugones (2012), apresenta como a igreja e a Coroa, endossavam a dominação dos corpos através de violência, a fim de firmar uma distinção dualista sexual, que determinava lugares na sociedade.

Apesar de toda estrutura patriarcalista e os moldes provindos da colonização que cercavam Margarida, ela permaneceu na luta, deixando um exemplo de força para muitas organizações que resistem até hoje. E é na luta que a gente se encontra.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“E não há quem ponha um ponto final na história”

(Conceição Evaristo)

Ao tecer as últimas páginas desse trabalho e as minhas últimas experiências enquanto aluna de mestrado, percebo o quanto todo esse processo foi e é importante não somente na minha formação e transformação. Ser aluna de pós graduação, é um privilégio que poucas de nós, enquanto mulheres, podemos experimentar.

Retomo, o fato de cursar todo o mestrado em um período da maior pandemia do século, todos os dias ao acompanhar as notícias, e se ver em desespero com a quantidade de

vidas ceifadas pelo vírus. Ver pessoas conhecidas, amigos e familiares, perdendo a luta contra a doença, e nem sequer poder nos despedir, é uma dor que carregaremos para sempre. Mas a esperança em dias melhores esteve presente, apesar de muito **medo**, palavra que as mulheres conhecem de perto todos os dias, seguimos fazendo a nossa parte. Como diria margarida “Medo nós tem, mas não usa”. E é assim que as mulheres que marcaram seu nome na história, seguiram em frente.

Foi assim com Marielle Franco, vereadora legitimamente eleita da cidade do Rio de Janeiro. Mulher, negra, periférica, cientista social e mestre em administração pública, bissexual, defendia o feminismo, os direitos humanos, militava pelas causas LGBTQIA+ e criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e ações de abuso de autoridade da polícia militar. Assassinada, juntamente com o motorista Anderson Pedro Mathias Gomes, pouco antes do início corrida presidencial em 2018. Foi ameaçada, porém não se curvou diante as múltiplas estruturas de dominação a cercaram.

E com Francisca das Chagas, liderança quilombola e dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte, cidade do interior do Maranhão. Ela foi encontrada morta em cinco de março de 2016, com crueldade e violência sexual. Do mesmo modo, em vinte e cinco de agosto de 2017, Maria da Trindade da Silva Costa, líder quilombola na cidade de Moju no estado do Pará, o corpo foi encontrado parcialmente enterrado e a família acredita que ela tenha sido vítima de violência sexual.

Assim também, Geovana Teodoro, indígena Kaingang em dezesseis de junho de 2016, foi assassinada a tiros no norte do Rio Grande do Sul, durante um conflito de demarcação de terras pela Funai e Sônia Vicente Cacau Gavião, juntamente com seu esposo, foram atropelados por um caminhão madeireiro em seis de março de 2017. A missionária Dorothy Stang, norte-americana naturalizada brasileira, foi assassinada no Pará. Ela atuava frente aos conflitos fundiários na região da Amazônia.

A lista de mulheres mortas todos os dias é imensa, quando há disputa fundiária, as mulheres também são alvo de outros tipos de violências. Principalmente quando estão em evidência pelo fato de liderarem movimentos em suas comunidades. O patriarcado, que foi difundido através do colonialismo, se perpetua, e trata a vida das mulheres como insignificante. Passível de todo e qualquer tipo de violência, pois não nos vê como semelhante, nem mesmo capaz intelectualmente de dirigir e controlar e presidir qualquer tipo de organização, com isso ceifa a vida dessas mulheres, como uma forma de silenciamento e dominação.



Esse trabalho contribui com o campo dos estudos organizacionais ao destacar a necessidade de incorporação da categoria fundiária às análises organizacionais. Há uma predominância de pesquisas, ainda que no que se denomina de estudos críticos, nos espaços urbanos das cidades colocando os debates sobre o contexto rural, sobretudo a luta pela terra, ainda incipientes em termos de campo de estudos, pesquisas e reflexões para a área de estudos organizacionais no Brasil. Tanto que as resistências negras quilombolas e indígenas que foram, em sua grande medida, também processos organizativos de lutas pela terra, ainda não se tornaram objeto de ampla reflexão nos EOR brasileiros.

Isso se torna mais evidente quando observamos uma segunda contribuição que esta pesquisa traz ao campo de estudos organizacionais no Brasil que é a “fome”, ou a insegurança alimentar. Apesar de ser um fenômeno social que tem afetado mais de 19 milhões de pessoas, ela ainda precisa ser desenvolvida e considerada como um objeto de estudo das organizações.

Se tem sido as mulheres as principais vítimas das políticas de morte no campo e da fome no contexto urbano e rural, esse estudo também contribui com a área ao evidenciar a necessidade da incorporação de reflexões sobre a organização de mulheres no contexto rural. Apesar de os estudos sobre gênero terem avançado na área de Administração, ainda há uma centralidade no contexto urbano de pesquisa e nas mulheres brancas e, em sua maioria, de classe média como sujeitas de pesquisas nesses estudos. Mulheres trabalhadoras, sobretudo do campo, ainda precisam ter seu espaço de contribuição com a construção do campo de conhecimento em Administração no Brasil avançado. Nesse sentido, o feminismo decolonial pode ser uma das principais abordagens a contribuir com estas reflexões.

Por fim, a quarta contribuição que apresento com essa pesquisa é uma reflexão metodológica sobre como as pesquisas de dissertação e de teses podem utilizar o método biográfico para produzir outras histórias das mulheres e os estudos organizacionais que não aquelas descritas e escritas de forma hegemônica e por homens. Mulheres produzindo memórias sobre mulheres de forma crítica.

Este estudo, não apresentou uma discussão mais aprofundada sobre sexualidade, onde o machismo se perpetua no mundo rural, e a questão de gênero não é aprofundada, principalmente no que tange pessoas transsexuais, e a questão da violência de gêneros que não são dicotômicos, ficando como sugestão para novas pesquisas o aprofundamento da temática.

Percebo a importância, tanto teórica quanto empírica deste trabalho. Para além disso, percebo o quanto as linhas que tangenciam as organizações são tão tênues e vão ultrapassando as suas barreiras, e como este processo como um todo me tocaram e me transformaram, numa

grande autorreflexão. Assim vou me despedindo deste estudo, e do mestrado, com a esperança em dias melhores, e pronta para novas mudanças.

“Ser mulher é um ato político”, habitar organizações e lutar por um lugar melhor é a nossa missão.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. Cad. EBAPE.BR. Rio de Janeiro , v. 15, n. 4, p. 914-929, Dez. 2017 <https://doi.org/10.1590/1679-395155249> .
- ABIA. Associação Brasileira da Indústria Alimentícia. Relatório Anual 2020. São Paulo Disponível em: <<https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2021826RelatorioAnual2020simplesnovo1.pdf>>
- ANDRADE, L. F. S.; MACEDO, A. D. S.; OLIVEIRA, M. L. S. A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 6, p. 48-75, 2014.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 50, n. 4, p. 371-382, Dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000400003>.
- ALMEIDA, F. Lei de terras. **MAPA- Memorial da Administração Pública Brasileira**. 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>>. Acesso em 01 de junho de 2021.
- AMARAL, I.G.; MAFRA, F.L.N. O enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: o papel dos coletivos na ótica do feminismo decolonial. 2019. **ENANPAD**. Ed.XLIII. SÃO PAULO – SP.
- APIB. Articulação dos povos indígenas do Brasil. Disponível em <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 01 de junho de 2021.
- APRESENTAÇÃO. **MST – Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra**, 2021. Disponível em <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.
- ARANHA, C. Emprego e qualidade de vida: as 100 melhores cidades para se viver no Brasil. **Exame**. 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/emprego-e-qualidade-de-vida-as-100-melhores-cidades-para-se-viver-no-brasil/>> Acesso em: 27 de setembro de 2021.
- ASA, **ASA BRASIL**.Página inicial. Disponível em: <<https://asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>> Acesso em: 01 de julho de 2022.
- A VOZ INTERNACIONAL DOS CAMPONESES. Globalizando a esperança, globalizando a luta. **Via Campesina**, 2021. Disponível em: < <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** , Brasília, n. 11, pág. 89-117, agosto de 2013a. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> .

\_\_\_\_\_. Para transcender a colonialidade. [Entrevista concedida a] Luciano Gallas e Ricardo Machado. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo. P. 40-41. Ed. 431. Nov. 2013b

\_\_\_\_\_. Feminismos Subalternos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, Dez.2017 Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000301035&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301035&lng=en&nrm=iso)>Acesso: 21 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

BARBOSA, M. A. S.; SILVA, M. R. da; NUNES, M. S. C. Pesquisa qualitativa no campo Estudos Organizacionais: explorando a Análise Temática. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO,41., 2017, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: AnPAD, 2017.

BARBOSA, C. Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: "Um dia para não esquecer". **Brasil de fato**. 17 de abril de 2020. Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

BELL, E., MERILÄINEN, S., TAYLOR, S., e TIENARI, J.. "Time's up! Feminist Theory and Activism Meets Organization Studies." *Human Relations*, vol. 72, no. 1, p. 4–22, Jan. 2019, Doi:10.1177/0018726718790067.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL, **Decreto Lei nº 6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL, **LEI Nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BURITY V, FRANCESCHINI T, VALENTE F, RECINE E, LEÃO M, CARVALHO MF. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: **Abrandh**; 2010.

CAVALCANTE, J.L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica Online**, N.2 de 2 de junho de 2005. Disponível em:  
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista\\_historica](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica)>. ISSN 1808-6284

CALÁS, M.B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. IN: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: **Atlas**, 1998

CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; MELO, M. C. O. L.; VASCONCELOS, K. A. A produção científica sobre gênero nas organizações: uma meta-análise. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 3, p. 502-528, 2007.

CENSO. IBGE CIDADES, Amostra famílias 2010 - Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/2416>>1. Acesso em: 24/03/2021.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga-Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-36, 2003.

COALIZÃO NEGRA. - Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>. Acesso em 01 de junho de 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONTAG, **CONTAG**. Página inicial. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index2.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1.>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Tomada especial de preços de abril de 2020. São Paulo, 11 de maio de 2020 - Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202004cestabasica.pdf>

DINIZ, M. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Revista Histórica Online*, N.2 de 2 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista\\_historica](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica)>. ISSN 1808-6284.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DUARTE, Maria Regina Paiva. **Os novos bilionários e o naufrágio na miséria**. Rio Grande do Sul. 09 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/09/artigo-os-novos-bilionarios-e-o-naufragio-na-miseria>>. Acesso em: 06 junho de 2021.

DULCI, S. M. .; MALHEIROS, R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, [S. l.], p. 174–193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>.

FERREIRA, A.P.M. S. Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas / Ana Paula Romão de Souza Ferreira. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FERREIRA, A.P.M. S A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FERREIRA, J. B.; SADOYAMA, A. S. P.; CORREIA, A. F. C.; GOMES, P. A. Diversidade e Gênero no Contexto Organizacional: um Estudo Bibliométrico . **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 3, p. 45-66, 2015.

GADELHA, R.M.A.F- A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i120p153-162>.

GIOVANAZ, D. Massacre de agricultores sem-terra no Paraná completa um ano. **Brasil de fato**. 07 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2017/04/07/massacre-de-agricultores-sem-terra-no-parana-completa-um-ano>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

GIOVANAZ, D. Dois anos após massacre de Quedas do Iguaçu, no Paraná, nenhum PM foi punido. **Brasil de fato**. 08 de abril de 2018Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/08/dois-anos-apos-massacre-de-quedas-do-iguacu-no-parana-nenhum-pm-foi-punido>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

GONÇALVES, S.J e RIBEIRO, J.O.S. Colonialidade De Gênero: O Feminismo Decolonial De María Lugones IN: Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : **Ed. da FURG, 2018**. PDF - Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GUERREIRO RAMOS, A. Administração e contexto brasileiro. Rio de Janeiro: **FGV**, 1983.

GUARALDO. M.C- Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo **Embrapa** – Brasília 01 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>>

HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.) The Sage Handbook of Qualitative Research. London: Sage, 2005. p. 393-402

IBGE, Censo Agropecuário - 2017 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>

IBGE - Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / **IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IEVE Dossiê da Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). IEVE – Instituto de Estudo da Violência do Estado. Imprensa Oficial. São Paulo 2009.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993.

LUGONES, M. *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*. **Hypatia**, v.22(1), p.186-219. 2007. doi:10.1111/j.1527-2001.2007.tb01156.x

\_\_\_\_\_. Colonialidad y género: tabula rasa. Bogotá, Colombia, n. 9: 73-101, jul.- dic., 2008.

\_\_\_\_\_. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: MONTES, Patricia. Pensando los feminismos en Bolivia Serie Foros 2. **Conexión Fondo de Emancipación**, La Paz, Bolivia, p. 129-140, 2012.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dez. 2014.

LAZZARI, M.L; SOUZA, S, A. Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. **4º Anais do Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. 2017. UFSM. Santa Maria – RS. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf> >

LORENZONI, C. ET AL. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. IN: Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. Mezdari et al. 1 ed. São Paulo: **Outras Expressões**, 2020. ISBN 978-65-87389-02-8.

MARCHA DAS MARGARIDAS- Subsídio da marcha, 2019. Brasília, 2019.

MAFRA, F.L.N; FONTOURA, Y.S.R; PEREIRA, S.B; VILAS BOAS, D.A. Resiliência e Feminismo no Movimento Agroecológico Brasileiro sob uma Perspectiva Decolonial. . **ENANPAD**. 2018. Curitiba -PR.

MARTINS, M. T. S. L. A arte de trazer a vida pelas mãos. IN: Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas / Míriam Cristiane Alves, Alcione Correa Alves, organizadoras/es. -1. ed. - Porto Alegre : Rede UNIDA; 2020. 213 p. – (Série Pensamento Negro Descolonial). ISBN: 978-85-54329-36-5 DOI: 10.18310/9788554329365.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART. S.. *An anti-management statement in dialogue with critical Brazilian authors*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 130-138, mar./abr. 2015.

MIQCB, **MIQCB**. Página inicial .Disponível em: < <https://www.miqcb.org/> > Acesso em: 01 de julho de 2022.

MMC BRASIL, **MMC BRASIL**. Página inicial. Disponível em: <<https://mmcbrasil.org/>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

MOURA, C. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1993.

MOVIMENTO DA TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE, **MOVIMENTO DA TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE**. Página inicial. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/movimento-da-mulher-trabalhadora-rural-do-nordeste-mmtr-ne/>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, MMC- Quem somos. 2021 Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>> Acesso em 08 de out. de 2021.

MST, **MST BRASIL**. Página inicial. Disponível em: <<https://mst.org.br/>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 out. 2021.

OLIVEIRA, J. S. Etnografia como um Processo de (Re)Educação de Subjetividades: Feminismos Negros e a Aprendizagem Etnográfica com Neusa Cavedon. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 17, p. 810-835, 2019.

ONU- Organização das Nações Unidas- **Agenda 2030**-. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/1>>. Acesso em: 24/03/2021.

ONU- Organização das Nações Unidas. **ONU: um terço dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados, enquanto 840 milhões passam fome**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/64278-onu-um-terco-dos-alimentos-produzidos-no-mundo-sao-desperdicados-enquanto-840-milhoes-passam>>. Acesso em: 24/03/2021.

PAULILO, M. I.S .FAO, fome e mulheres rurais. **Dados** [online]. 2013, v. 56, n. 2, pp. 285-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002>>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, M.F. Em conflito há décadas no Paraná, Araupel e MST têm atuações opostas na pandemia. **Brasil de fato**. 27 de agosto de 2020 Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/em-conflito-ha-decadas-no-parana-araupel-e-mst-tem-atuacoes-opostas-na-pandemia>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

RIPAMONT. P. *Investigar a través de narrativas: notas epistémico-metodológicas* IN: **Metodologías en contexto : intervenciones en perspectiva feminista, poscolonial, latinoamericana** / Alejandro De Oto ... [et al.] ; editado por Mariana Alvarado ; Alejandro De Oto. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2017. Libro digital, PDF. ISBN 978-987-722-294-4.



RIVIERA, C. Fome dispara no mundo e ONU aponta soluções; veja destaques do Brasil e outros países. 06 de julho de 2022. **EXAME**. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/fome-brasil-mundo-2022/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

RODRIGUES, L.L.M. Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. 2018. Tese de Doutorado. UFPB -Paraíba: João Pessoa.

ROZIMAN, L. CLOSS, M. Modernização da fome e a vida das mulheres: por que lutamos pela soberania alimentar. 09 de agosto de 2021. **Blog da marcha mundial das mulheres**. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2021/08/09/modernizacao-da-fome-e-a-vida-das-mulheres-por-que-lutamos-pela-soberania-alimentar/>> Acesso em: 30/09/2021

SANTOS, B. A. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: \_\_\_\_\_; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, F. P. DAVEL, E. P. B. Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre) [online]. 2021, v. 27, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-2311.320.103048>>.

SILVA, M. A. B. Da Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História** [online]. 2015, v. 35, n. 70 pp. 87-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>>.

SOARES, M.N.M; SILVA FILHO, J.C.L. A Mulher na Economia Solidária: Um Ensaio sobre as Contribuições do Feminismo (Pós)colonial para o Estudo de Formas Alternativas de Organização Produtiva. ENEO. 2019. Fortaleza, Ceará.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985].

TERRAS INDIGENAS. Terras indígenas, s.d. Terra Indígena Yanomami Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

TRIVELLATO, P. T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2019, v. 24, n. 3, pp. 865-874. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017>>.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICAFES, UNICAFES. Página inicial. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br/#>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

VASCONCELOS, F. A. G.; VASCONCELOS, M. P.; VASCONCELOS, I. H. G. Fome, comida e bebida na música popular brasileira: um breve ensaio. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 723-741, Sept. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000300004>.

VIA CAMPESINA, VIA CAMPESINA. Página inicial. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/>> Acesso em: 01 de julho de 2022.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. ISBN: 978 65 87504 19 3

WALSH, C. *Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: Las Insurgencias Político-epistémicas de Refundar el Estado*. **Tabula Rasa**, no 9. 2008.

WANDERLEY, S.E. P.; FARIA, A. “Border Thinking as Historical Decolonial Method: Reframing Dependence Studies to (Re)Connect Management&Development.” ENANPAD. Ed. XXXVII. Rio de Janeiro, SET. 2013.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.

WANDERLEY, S. E. P.; BARROS, A. N. Decolonialidade, Virada Histórica e Estudos Organizacionais: uma Proposta de Agenda de Pesquisa. ENANPAD. Ed.XL. Bahia. 2016.

15 POR 15. 15 por 15, s.d. **O que é o pacto**. Disponível em: <<http://www.15por15.org/o-que-e-o-pacto>>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.